

Frei Manuel do Cenáculo Construtor de Bibliotecas

COORD. Francisco A Lourenço Vaz e José António Calixto

INDÍCE

Prefácio ...

Ribeiro Santos, Cenáculo e a Criação da Biblioteca Pública

José Esteves Pereira

Biblioteca de bibliotecas: a génese da Biblioteca Pública no pensamento de Cenáculo

MANUELA D. DOMINGOS

Frei Manuel do Cenáculo - 'semeador' de bibliotecas e de museus. O conceito de biblioteca/museu na museologia setecentista

João Carlos Brigola

A Fundação da Biblioteca Pública de Évora

Francisco António Lourenço Vaz

Notas Biográficas dos Autores

Prefácio

A Biblioteca Pública de Évora deve grande parte dos seus valiosos fundos iniciais à iniciativa do seu fundador, D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, que desempenhou também um papel determinante na criação de outras bibliotecas públicas e particulares, nomeadamente, a Biblioteca do Convento de Jesus, a Biblioteca Pública de Beja, a Biblioteca Nacional de Lisboa e a Biblioteca da Academia das Ciências.

A criação de uma Biblioteca Pública em Évora surge como corolário de toda uma vida em que a colecção e aquisição de livros, moedas, raridades, obras de arte e peças naturais foi uma constante, tendo sempre em vista criar bibliotecas e museus para instruir o maior número possível de pessoas, através da leitura e da observação de obras de arte e da natureza.

Em 1 de Março de 2005, a Biblioteca Pública de Évora iniciou as comemorações do seu Bicentenário, coincidindo com a data do aniversário de Frei Manuel do Cenáculo. As iniciativas levadas a cabo, que se prolongaram ao longo do ano, possibilitaram uma ampla divulgação e debate sobre o passado recente da Biblioteca Pública de Évora, das linhas de acção do seu fundador e do valor incalculável dos seus fundos.

Foi com esse ideia que procurámos reunir um conjunto de autores que têm abordado a obra de D. Frei Manuel do Cenáculo em diferentes perspectivas. Do labor e investigação desses autores resultaram os textos que agora se publicam, e que consideramos um valioso contributo para alcançar os objectivos desta e de outras iniciativas culturais do Bicentenário. Com estes estudos reúne-se conhecimento histórico sobre a fundação das bibliotecas públicas portuguesas, nomeadamente da Biblioteca Nacional e da Biblioteca Pública de Évora, tomando como referência as ideias e a acção de Frei Manuel do Cenáculo enquanto bibliófilo e coleccionador. Por outro lado, dá-se a conhecer o espólio valioso reunido por Frei Manuel do Cenáculo e a importância desse património para a criação de bibliotecas e museus. Tendo ainda presente a importância da memória para a construção de vias de intervenção no presente, ou seja, a partir da divulgação e debate sobre o passado recente da Biblioteca de Évora, das linhas de acção do seu fundador e do valor incalculável dos seus fundos, estes textos abrem hipóteses de intervenção no sentido, não só de preservar e salvaguardar esse património, mas também de o rentabilizar no contexto da sociedade de informação e da globalização em que vivemos. Estes estudos possibilitarão,

certamente, um espaço de debate entre especialistas das áreas científicas da História das Ideias, História do Livro e da Leitura e um público alargado e interessado nesses mesmos temas. Sem pretendermos dar um guião de leitura destes 4 artigos, deixamos aqui alguns aspectos que consideramos relevantes.

No primeiro texto, José Esteves Pereira começa por nos dar os perfis de António Ribeiro dos Santos e D. Frei Manuel do Cenáculo, que considera duas figuras decisivas, quer da Reforma Pombalina, quer da Ilustração em Portugal, não apenas como bibliófilos mas também como bibliósofos. Depois, dá-nos as linhas mestras e as ideias que, já em tempos de D. Maria I, Cenáculo e Ribeiro dos Santos puseram em prática, no âmbito da criação de uma biblioteca pública na Corte, em 1796. Com efeito, António Ribeiro dos Santos, pediu o apoio do então Bispo de Beja e futuro Arcebispo de Évora que foi também impulsionador da medida, para se constituir, em moldes aceitáveis, uma instituição que aliasse ao acervo bibliográfico todo um conjunto de elementos paleográficos, numismáticos, esfragísticos e outros, prolongando, o programa antes delineado para a Livraria da Universidade.

Manuela Domingos contribui com um estudo sobre a génese da Biblioteca Pública no pensamento de Cenáculo. Centra o seu trabalho na iniciativa que D. Frei Manuel do Cenáculo levou a cabo, como Presidente da Mesa Censória, quando se atribui a missão de instituir uma *Biblioteca Pública*, à altura das maiores da Europa que abrisse as suas portas a curiosos e eruditos, e apoiasse o trabalho dos Censores. Neste empreendimento convergiram todos os seus planos conceptuais e funcionais, uma vez que Fr. Manuel do Cenáculo imaginou e teve o maior êxito em conseguir os meios materiais amplíssimos que tais tarefas exigiam. Manuela Domingos analisa com pormenor as etapas desse grandioso projecto. Primeiro, o património inicial, o crescimento dos fundos, e os novos acervos reunidos, nomeadamente o catálogo das compras, coligindo e apresentando dados que nos sugerem a riqueza e a verdadeira dimensão do projecto. Em seguida apresenta os meios humanos, o projecto de edifício e, finalmente, dá-nos um «balanço» desta “primeira Biblioteca Pública” e da sua importância para a criação da Biblioteca Pública da Corte em 1796.

O texto de João Carlos Brigola, sugestivamente intitulado: *Frei Manuel do Cenáculo - 'semeador' de bibliotecas e de museus. O conceito de biblioteca/museu na museologia setecentista*; centra-se na associação conceptual entre 'os livros e os objectos', 'as bibliotecas e as colecções', que foi uma das características da actividade cultural de Frei Manuel do Cenáculo. O autor interpreta essa associação, enquanto

tradição intelectual da cultura europeia na época moderna, ilustrando-a com o exemplo de algumas obras e de algumas práticas anteriores ou coevas da actuação pública do prelado português. Assim, o primeiro testemunho deste ideário retoma a obra visionária de Tommaso Campanella, *Civitas solis vel de republicae idea* (1602), em que se descreve um dos primeiros grandes museus utópicos: lugar de formação de um saber que não tem só uma finalidade classificatória mas que, ao contrário, procura criar conhecimento e capacidade de juízo histórico através da experiência. O segundo caso evoca a inauguração na Universidade de Oxford de um novo edifício - o Museu Ashmolean - em 21 de Maio de 1683 que o autor considera uma etapa absolutamente nova nas instituições culturais do Ocidente ao abrir um espaço museal à curiosidade de um público não já apenas constituído por sábios. Faz ainda referência à obra do comerciante e coleccionador de Hamburgo, Caspar Friederich Neickel, publicada em Leipzig no ano de 1727 e intitulada *Museographia.*, que é considerado o primeiro tratado metodológico de ordenação museográfica. Finalmente, evoca uma figura cujo perfil intelectual, coleccionador de livros e de objectos, criador de espaços culturais públicos, em quase tudo condiz com a de Cenáculo, o Cardeal Angelo Maria Querini (Veneza, 1680-Brescia, 1755).

Finalmente, num texto intitulado “A Fundação da Biblioteca Pública de Évora”, Francisco Vaz destaca o carácter inovador do pensamento de Cenáculo sobre as funções das bibliotecas. Considerando, que a biblioteca como espaço público, como local frequentado por categorias sociais diversas e incluindo os grupos populares, é uma invenção do século das Luzes, D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, que ao longo da sua vida revelou um interesse indiscutível pelos livros e bibliotecas, constitui um paradigma de homem das luzes preocupado em difundir o saber e as ciências pelo maior número dos seus concidadãos. Com efeito, o Arcebispo é um dos primeiros a deixar bem expresso que as bibliotecas só fazem sentido a partir do momento que os seus fundos bibliográficos sejam úteis e de fácil acesso para o público e, por isso, insurge-se contra aqueles que fecham e aferrolham os livros, que os colecionam por mera curiosidade e os escondem do público, porque se todos tivessem usado desta avareza bibliófila, então as artes e ciências não teriam progredido. Para Frei Manuel a criação de uma biblioteca pública era, portanto, o ponto mais alto de toda a sua actividade e gosto pelas colecções, tanto mais que vinha dotar a capital alentejana, com uma instituição onde queria reunir o que considerava importante para o progresso do saber. Por isso esta foi uma dos primeiros actividades em que directamente se envolveu logo após a

chegada a Évora. No texto, Francisco Vaz, tomando como base os autógrafos de Frei Manuel do Cenáculo e outras fontes, analisa a conjuntura em que decorreu a fundação da biblioteca, descrevendo os “primeiros passos” da instituição e as dificuldades nos primeiros anos. Procura também respostas para algumas questões: qual a dimensão dos fundos bibliográficos iniciais? Com que rendimentos adquiria o Arcebispo os livros e outros bens culturais? Qual o valor da herança cultural do fundador?

Francisco Vaz

José António Calixto

RIBEIRO DOS SANTOS, CENÁCULO E A CRIAÇÃO DA REAL BIBLIOTECA PÚBLICA

José Esteves Pereira

Universidade Nova de Lisboa

Frei Manuel do Cenáculo(1724-1814) e António Ribeiro dos Santos(1745-1818) são duas figuras decisivas, quer da Reforma Pombalina, quer da Ilustração em Portugal. Ao comemorar-se, hoje, em Évora, os 200 anos da sua Biblioteca pública e do instituidor temos, assim, a oportunidade de evocar as figuras de maior significado, no século XVIII, na concretização de espaços de recolha bibliográfica e de leitura não só por razões de natureza mais material como a organização de acervo.

Impõe-se, antes de mais, dizer breves palavras sobre o perfil intelectual de um e de outro, até porque a feição com que interiorizaram as ideias ilustradas do seu tempo se reflectem na sua própria actuação de organizadores e impulsionadores das bibliotecas a que os nomes ficaram indelevelmente ligados.

Frei Manuel do Cenáculo desde muito cedo tem condições de se abrir á modernidade no quadro de uma Ilustração de teor católico que será predominante em Portugal. Ouviu as lições, quer do oratoriano João Baptista, quer do franciscano Fr. Joaquim de S. José. Descolando do discurso escolástico vemo-lo a partilhar, com Ribeiro dos Santos, de um neutoniano moral, em assumida conciliação da Fé e da Razão, emprestando essa feição ilustrada aberta á luz natural, a um sentido apologético eficaz, nas atitudes anti-deístas e anti-filosofistas, sem concessões a uma leitura extrema da *natura naturata*. Para Cenáculo, a natureza é Deus e para Ribeiro dos Santos a essencialidade naturante não é passível, igualmente, de dúvida,

Quer Cenáculo, quer Ribeiro dos Santos, na abertura à modernidade, em maré de enciclopedismo que caracteriza a Europa das Luzes, estavam, contudo, especialmente preparados para acolherem, criteriosamente, a torrente de concepções que circulam na Europa do seu tempo, através do livro, de periódicos cultos e do jornalismo de informação e opinião.

A busca dos *sortimentos* para preenchimento das estantes de várias livrarias de que Cenáculo foi mecenas, responsável último pela gestão do acervo da Real Mesa Censória e a sua atitude de preconizar a criação de uma Biblioteca na Corte, de que

Ribeiro dos Santos será o primeiro responsável, vai ao encontro de propósitos esclarecidos que conhecemos através das disposições estatutárias da pena do canonista .

É, sem dúvida, imprescindível não desligar a atitude ilustrada de Cenáculo e do Doutor António Ribeiro, como era mais conhecido no seu tempo. da cuidadosa e diligente acção de bibliotecários e bibliófilos. Não é exagero dizer que eram, também, bibliósofos.

Atenda-se como o franciscano reflectia sobre a importância das bibliotecas na meditação de viagem que o levou a Roma para participar no Capítulo Geral da Ordem a que pertencia:

“As famosas Bibliotecas que se apresentaram à nossa curiosidade nas cidades eruditas da nossa passagem, levantaram milhares de ideias que se começaram a produzir e como o tempo ia permitindo. Dava-se lugar, entre livros que pouco mais se haveriam de ler, a obras de novo gosto(1).

Se Ribeiro dos Santos não teve oportunidade de realizar este percurso europeu, nem por isso deixava de comungar da necessidade de uma leitura do “novo gosto”. Um e outro tomarão consciência da ideia do progresso dos conhecimentos.

Frei Manuel do Cenáculo como sublinhou lucidamente Gama Caeiro, tinha muito presente a função cultural das bibliotecas, ilustrada pelo seguinte passo do bibliósofo:

“ Se há quem não frequente as Bibliotecas, ou podendo, as não tenha instruídas, destes é que se diz , que repetem sem desculpa a infelicidade dos séculos atrasados”(2).

No período em que se prepara e concretiza a Reforma da Universidade de 1772, as duas personalidades, se a idade e consequentemente o grau de responsabilidade política os separa, o mesmo se não passa do ponto de vista social e intelectual.

O primeiro tem uma intervenção directa no próprio texto da “refundação” da Universidade, (na sequência da reforma iluminada da sua Ordem, particularmente no *Plano de Estudos*, de 1769) é uma figura chave na Junta da Providência Literária, de onde sai o *Compêndio Histórico*, sem esquecer, igualmente, o trato assíduo do Confessor com o Conde de Oeiras.

António Ribeiro dos Santos, por seu turno, não esteve ausente do sentido programático que viria a ser seguido na Faculdade de Cânones, na medida em que era autor de *De Sacerdotio et Imperio*, conjunto de dissertações de clara afirmação da supremacia do poder temporal, dedicadas, a um dos Cruzes, o *viro preclarissimo*, Joaquim Inácio da Cruz. (*Accipe igitur Opus hoc nostrum, ob rerum, quasa continet, utilitatem, atque magnitudinem, dignum presidio tuo*(3)) É, também, no âmbito da reforma em curso que o lente será chamado, por D. Francisco de Lemos, em Outubro de 1777, por determinação da rainha D. Maria, que entretanto subira ao trono, para reorganizar a Biblioteca criada por seu avô D. João V.

Antes de nos reencontrarmos, em tempos mais adentrados do reinado de D. Maria, de novo, com os dois bibliósofos, vejamos, em todo caso, como António Ribeiro dos Santos inicia a sua tarefa de organização da Livraria da Universidade. a partir de instrução do Poder expressa de modo preciso e determinado: ”fomentar e facilitar os progressos dos Estudos da mesma Universidade” (4).

Acumulando a incumbência de bibliotecário com a docência em Cânones, Ribeiro dos Santos é chamado a interpretar os propósitos reformadores no sentido de por ao serviço de uma pedagogia que se pretendia mais eficaz um espaço e um acervo que fosse mais do que um repositório bibliográfico valioso. Tratava-se, no fundo, de atribuir á Livraria da Universidade, propósitos idênticos aos do nascente Horto Botânico, do projectado Laboratório Químico e do Observatório Astronómico. A menção da carta régia era bem clara: “pôr patente a referida Biblioteca para se conseguir com o uso (subl. meu) dela o fim a que é destinada”(5).

Ribeiro dos Santos tem plena consciência deste intuito pedagógico e da urgência da disponibilização dos meios bibliográficos, motivação que não deixará de estar presente, embora com destinatário social diferenciado e outros interesses, nos propósitos de boa polícia da corte, em 1796, quando é designado Bibliotecário Mor da Real Biblioteca Pública.

O Colegial do Real Colégio das Ordens Militares, por agora, em 1777, elabora um Regimento para estabelecimento das condições de leitura, na *Universidade Restaurada*, sem descurar as prevenções quanto aos livros proibidos ou de leitura autorizada, pretendendo completar a biblioteca com a funcionalidade de arquivo e de museu. Para tanto, preconizava-se a criação de um gabinete de antiguidades com espaço para recolha de manuscritos, pergaminhos e outro tipo de papeis. Não era esquecida a

salvaguarda de medalhas, de lápides, de inscrições, de estampas, de pinturas, de estátuas, de baixos-relevos e “outras relíquias”(6).

O desígnio ilustrado e reformista da Livraria era o de prestar apoio à formação, não só teórica, mas também de carácter vincadamente prático, seguindo o projecto pombalino que, no período marino, se pretende, em muitos casos, intensificado. A existência de gabinetes, em que se disponibilizariam cartas geográficas e estampas volantes dos produtos da Natureza constitui uma das preocupações do Bibliotecário Ribeiro dos Santos. Entretanto, ao estabelecimento de munificência régia joanina e de aprovisionamento eventualmente irregular deveria suceder, agora, não somente uma boa gestão de espaço, mas igualmente, um financiamento capaz, aspectos para os quais Ribeiro dos Santos chama a devida atenção.

Na complexa situação de controle ou proibição de leitura que decorria das disposições da omnipresente Real Mesa Censória na condução das reformas educativas do reino, a que presidira, de modo esclarecido, Frei Manuel do Cenáculo, até á crise de 1777(7), António Ribeiro dos Santos não se eximia, para o efeito, a estabelecer um *modus vivendi* compatível com as prevenções no respeitante a livros proibidos. O pombalismo depois de Pombal, em tempos de transição para a viradeira e para seduções ultramontanas, tinha reflexo na continuidade e intensificação do controlo mental, particularmente no que se referia ao surto do livre-pensamento em vários campos do saber. De qualquer modo, o desiderato ribeiriano, de enriquecer as estantes da Universidade, mesmo com obras proibidas, a despeito das continuadas recomendações da Mesa Censória, mostra bem como o mundo intelectual circundante não estava às escuras quanto ao pensamento tido por defeso. Deve perspectivar-se esta disposição de abertura, mesmo que controlada, a uma incontornável pressão de leitura na Europa pré-revolucionária em que ao enciclopedismo de teor mais cientista e de algum modo jurídico(sobretudo o influxo jusnaturalista mais avançado) se juntava o enciclopedismo social e político. Para compreender bem as tensões que se manifestam nas vésperas de uma repressão que não deixa de ser sinal da emergência de espaços e manifestações de opinião pública(8), importa que relacionemos as intenções de Ribeiro dos Santos nesta estratégia de condicionamento e abertura de leitura proibida ao clima de renovo da Academia das Ciências que se está criar, e aos sinais de leitura filosofista, porventura, até, no Colégio em que residia. Ao escudar-se numa censura exigível para os livros indexados, Ribeiro dos Santos, insinua o tom da mudança de mentalidade operado, por exemplo, no campo do Direito Natural, em que paulatinamente se iria passar de

racionalismo wolfiano do compêndio oficial de Martini, para o jusnaturalismo, mais liberal, de Burlamaqui, comentado por De Felice ou reelaborado por Emerich de Vattel. No ambiente de evidentes restrições em que teve de actuar não deixa de ser significativo o propósito da importação publicista para o espaço solene da Joanina, de Jornais, de Efemérides, de Mercúrios, de Gazetas, de Novidades Literárias, Artísticas, Científicas, entre outras. Novo era também o propósito de concentração de cópias e acervos de arquivos de instituições religiosas e seculares e o depósito obrigatório de dissertações(9).

A orientação pedagógica e anunciadamente publicística, eram de algum modo, a resposta pessoal, com alguma latitude de interpretação, aos ditames das instruções régias em que me parece estar, ainda, o espírito de Cenáculo, não obstante a crise de 1777 que porá em causa a influência política mais directa do mentor espiritual e confessor do Príncipe D. José.

Ribeiro dos Santos, por seu turno, não terá, depois de 1777, uma actividade pacífica nem na Universidade. nem na Corte. Desterrado pelo Principal Mendonça, reabilitado pelo Reformador Reitor subsequente, D. Rafael de Castro, será sobretudo como censor do *Novo Código* de Leis que o bibliotecário universitário passará menos bem. Enfrentando-se com o colega de Faculdade e de residência colegial, o filopombalino Melo Freire, acaba por ser acoimado de perigoso monarcómaco ao preconizar a representação dos povos em Cortes.

Mas, a denuncia, fruto mais de malévolas intenções do que de justa apreciação da personalidade do ilustrado católico e convicto defensor do absolutismo régio que foi Ribeiro dos Santos não colherá e vemo-lo, assim, nos anos seguintes, encarregado de funções só compreensíveis pela confiança irrestrita do Poder. Em 1795 é censor régio para, um ano depois, ser chamado a organizar e dirigir a Real Biblioteca Pública.

Não me deterei em aspectos que foram já objecto de vários estudos suficientemente esclarecedores. Para não esquecermos os dois bibliófilos e bibliósofos que justificam a comemoração que hoje se efectua deve notar-se que virão a estabelecer um relacionamento muito especial na altura em que se pretendia estabelecer uma biblioteca de carácter público na Corte.

A ideia da Biblioteca Pública que vinha dos tempos do Pombal era de Cenáculo. No Alvará instituidor da Real Biblioteca Pública, de 29 de Fevereiro de 1796 estabelece-se que este acervo constituiria o *primeiro fundo* assegurando-se para a sua manutenção futura uma percentagem a retirar do Cofre do Subsídio Literário. Em 4 de

Março Ribeiro dos Santos é chamado a organizar a Biblioteca conforme apontamento seu autobiográfico. e a 13 de Maio de 1797 abria, finalmente, nas Arcadas da Praça do Comércio, a ansiada instituição onde se conservaria até 1834(10).

Além dos livros da Real Mesa Censória, biblioteca que Cenáculo enriqueceu, intensivamente, durante a sua gestão Ribeiro dos Santos contará, também, com doações pessoais do Bispo de Beja além de outros fundos. A doação mecenática do impulsor da Biblioteca motivará uma troca de cartas com primeiro Bibliotecário Mor hoje arquivadas na Biblioteca Nacional e na Biblioteca Pública de Évora.

A biblioteca constava de livros de História, de Belas-Letras, de Ciências Naturais e Artes, de Ciências Cívicas e Políticas, de Ciências Eclesiásticas, de Poligrafia, além de uma secção de Manuscritos e de Antiguidades segundo o sistema de Garnier e Gabriel Martin do modo que viria a ser adoptado, nas suas linhas gerais, por Brunet, como nos informa Raul Proença no seu estudo sobre os antecedentes e origens da Biblioteca. Os livros organizados segundo a classificação referida estavam distribuídas por salas preparadas para o efeito. No cuidado da boa disposição dos livros, Ribeiro dos Santos teria ido, entretanto, além do sistema dos bibliotecónomos apontados, fazendo da "poligrafia, como os bibliógrafos alemães, uma secção independente"(11).

A gestão ribeiriana prolongava uma filosofia de actuação em que se projecta a dimensão modernizadora e publicística da actividade bibliotecária coimbrã. Na letra do Alvará, já referido, pretendia-se que o funcionamento da Biblioteca implicasse a disponibilização de meios para apoiar os estudiosos nas várias ciências, alargando-se, por isso, a esfera puramente bibliográfica do acervo. E assim, para além de repositório de livros. tomar-se-iam medidas, em 1802, quanto à conservação de estatuas, mármore, cipos, lâminas e outras peças de antiguidade em que se achassem figuras, letreiros ou caracteres, o que significava reivindicar competências anteriormente desempenhadas pela Academia Real de História.

O entendimento que Ribeiro dos Santos procurará junto de Cenáculo, no sentido de o franciscano ajudar, igualmente, nesta dimensão, não apenas bibliográfica e documental da Real Biblioteca Pública significava uma comunhão de ideais dos dois intelectuais. O Bispo de Beja, aliás, encontrava-se por esse tempo manifestamente interessado em actividade arqueológica (12).

O fornecimento das peças de carácter museológico ou documental que teria certamente, carácter ornamental, nalguns casos, significava todavia, muito mais, como já sabemos, atendendo ao que Ribeiro dos Santos preconizara, em 1777, para o

regimento da Livraria da Universidade. Era, no fundo, uma iniciativa destinada a disponibilizar instrumentos de conhecimento numa visão ampla do que foi o sentido enciclopédico da Ilustração, onde as “origens”, a prova de antiguidade, nos estudos históricos, jurídicos e o do conhecimento em geral, assumiam um papel determinante. Em época em que ainda era escassa o levantamento, a recolha e o estudo cuidadoso de vestígios arqueológicos, paleográficos e esfragísticos o *deficit* de provas é preocupação muito patente nos escritos (em parte significativa referidos com a menção autógrafa *por acabar*) quando se manuseiam os manuscritos ribeirianos.

Entretanto, a gestão ribeiriana, na sequência do sonho de Cenáculo, que agora se concretizava, parecia despoletar vivo entusiasmo. O poeta Costa e Silva teria oportunidade de futurar, com algum retórico exagero os maiores êxitos para o Bibliotecário Mor invocando não só competência mas, também, sensibilidade.

*Tu que lhe presides, eloquente Elpino
honra da Religião, glória do Douro ;
Filósofo sublime, útil poeta
De Horácio Tradutor, rival de Horácio(13)*

No essencial, afinado pelo mesmo diapasão do lema de Cenáculo, de que não se podiam repetir “sem desculpa a infelicidade dos séculos atrasados”(14) o que importa sublinhar é o propósito claro, sem rodeios, de anseios de reforma da sociedade e da cultura portuguesa dos fins do século XVIII e princípios do século XIX. Tratava-se de promover uma reforma que capitalizasse saber e o distribuísse. O conhecimento nos domínios das Artes ou das Ciências, conjugava-se com a prova actualizada e actuante de uma totalidade documental que não tem a ver com puro antiquarismo ou mesmo coleccionismo diletante. A acção de Ribeiro dos Santos ou de Cenáculo significava lucidez e urgência de reforma reforçando a própria acção da Academia das Ciências, apontando o caminho para iniciativas congéneres de que, aliás, o futuro Arcebispo de Évora se encarregará, exemplarmente, ao fundar a instituição de que hoje se comemoram os seus 200 anos de existência.

Como referi há pouco, a Real Biblioteca Pública não se fez apenas com os fundos da biblioteca da Real Mesa Censória. Contou, igualmente, com espécies da livraria da Academia Real de Historia, com as medalhas, manuscritos e livros raros de

D. Tomás Caetano do Bem, com os livros doados pelos religiosos da Divina Providência, com o monetário Fontenelle e grande parte da colecção Bodoni que pertenceu a Francisco Vieira. A estes fundos acresce, todavia, o contributo de Cenáculo, que beneficiaria, ainda, a Biblioteca Real destruído pelo terramoto de 1755, a da Real Mesa Censória, a da Mitra de Beja, a franciscana do Convento de Jesus, a da Academia das Ciências e, finalmente, a de Évora.

Da significativa correspondência que conhecemos de António Ribeiro dos Santos para Frei Manuel do Cenáculo conclui-se que o, então, Bispo de Beja ia correspondendo, talvez para além das suas possibilidades financeiras, ao empenho de Ribeiro dos Santos em conseguir o melhor para a Biblioteca de que era o inspirador. Entre as espécies mais estimadas pelo canonista, ofertadas por Cenáculo, figuravam as de “literatura oriental”(15), área em que Ribeiro dos Santos investia, também muitos dos seus cuidados esclarecidamente eruditos.

Em resumo, a ideia inicial de Cenáculo, de se abrir ao público, em Lisboa, uma biblioteca, tornando, também, mais policiada, civilizada, a cidade, tomava corpo enquanto Ribeiro dos Santos ia organizando, apontando em listas para aquisição seleccionada, bibliografia portuguesa e estrangeira como podemos verificar através dos preciosos catálogos a esse fim destinados, constantes do seu espólio manuscrito como por exemplo, o *Catálogo de Livros para sortimento da Real Biblioteca de Lisboa*, ou o *Catálogo de livros que se devem mandar vir de fora*, entre muitos outros(16).

NOTAS

1. In Francisco Gama Caeiro, *Dispersos* (“Frei Manuel do Cenáculo, aspectos da sua actuação filosófica”), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p. 366.

2. *Idem*, p. 421.

3. Antonii Riberii Portucalensis, *De Sacerdotio et Imperio selectae dissertationes....*, Olissipone, ex Typographia Regia, Mddclxx,

4, Manuel Lopes de Almeida, *Documentos da reforma pombalina*, vol. I (1771-1782). Coimbra, 1937, p. 260 (Doc. CLI).

5. *Idem*, *ib.*

6. A. R. dos Santos, *Minuta para o regimento da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. (B.N.L.,cod. 4676. F. G.).

7. Jacques Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Évêque de Beja, Archevêque d' Évora(1770-1814)*. Paris, 1978, pp. 55 e ss.

8. Ver José Augusto dos Santos Alves, *A Opinião Pública em Portugal(1780-1820)*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 2000.

9. Cfr. José Esteves Pereira, *O pensamento político em Portugal-António Ribeiro dos Santos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, pp. 18-21.

10. Raul Proença, *Antecedentes e origens da Biblioteca Nacional de Lisboa.*, in “Anais das Bibliotecas e Arquivos”, 2.ª série, Lisboa, 1922, p. 162.

11. *Idem*, ib.

12. Francisco da Gama Caeiro, *ob. cit.* p. 409.

13. Cit, in J. Silvestre Ribeiro, *História dos estabelecimentos científicos, litterários e artísticos de Portugal nos succesivos reinados da monarchia*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias,1872, t. II, p. 63.

14.ver supra, p. (só possível de indicar na paginação final)

15.Sobre o árabe ver Jose Luiz Soto Perez, *Arabismo e Ilustración-Correspondencia lietraria(1791-1803) de Fr. José Antonio Banqueri com Dom Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Obispo de Beja y Arzobispo de Evora*, Oviedo,Catedra Feijoo, 1985.

16.José Esteves Pereira, *ob. cit.* pp. 75-80 onde trato da actuação de António Ribeiro dos Santos como Bibliotecário-Mor com indicação de bibliografia mais ampla sobre o assunto.

**Biblioteca de bibliotecas:
a génese da Biblioteca Pública no pensamento de Cenáculo**

MANUELA D. DOMINGOS

Biblioteca Nacional

Deixando de lado a evocação da trajectória intelectual de Fr. Manuel do Cenáculo, bem conhecida e estudada¹, recordemos uma conhecida nota autobiográfica, elucidativa das suas fontes mentais e reveladora das suas facetas de bibliófilo apaixonado e de doador magnânimo que, nesta oportunidade, mais nos importam:

«A viagem a Roma em o anno de cincoenta [...] me fará sempre apregoar em quaesquer ramos de litteratura, que foi uma disposição effiacissima para o bem das lettras na Provincia. As famosas Bibliothecas, que se representarão à nossa curiosidade nas Cidades eruditas da nossa passagem, levantarão milhares de idéas que se começarão a reproduzir, como o tempo hia permittindo»².

Tendo ido a Roma, para assistir ao Capítulo Geral da sua Ordem, o então jovem professor de Coimbra visitou as Bibliotecas de Itália, França e Espanha, contactou com os «sábios» do seu tempo, assistiu a reuniões literárias, deu-se conta dos progressos científicos e literários e calibrou a importância das línguas orientais. Experiência plurifacética e indelével que, passado um quarto de século, o fazia invocar a Gregório Mayáns o «vasto mar de noticias que eu conheci e conjecturei nessa rica Bibliotheca»³.

¹ Cf. Francisco da Gama CAEIRO – *Frei Manuel do Cenáculo: aspectos da sua actuação filosófica*. Lisboa: Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, 1959, recolhido nas obras completas ao autor: *Dispersos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, vol. 1, p. 333-499; Jacques MARCADÉ – *Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, Évêque de Beja, Archevêque d'Évora: 1770-1814*. Paris: F. Calouste Gulbenkian, C. C. Portugais, 1978; e ainda o capítulo que lhe dedicou Francisco Lourenço VAZ – *Instrução e economia: as ideias económicas no discurso da Ilustração portuguesa (1746-1820)*. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 239-311.

² Manuel do CENÁCULO – *Memorias Historicas e Appendix Segundo [...] Para a Observancia e Estudos da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1794, v. 2, p. 200-203. (O primeiro volume publicou-se em 1776). Segundo J. MARCADÉ, *loc. cit.*, p. 512, recolhendo informações de Frei Vicente Salgado, a obra teria sido acabada de escrever em 1773.

³ Carta de 2 de Maio de 1774, in Marie-Helène PIWNIK – «La correspondance Mayáns-Cenáculo», *Arquivos do C. Cultural Português*, Paris, 22, 1986, p. 540.

No princípio dos anos setenta, é protagonista de reformas de estudos na sua ordem, como Provincial; concilia as Presidências da Real Mesa Censória e da Junta do Subsídio Literário; é conselheiro da Junta da Providência Literária (encarregada da Reforma da Universidade) e Preceptor de D. José, Príncipe da Beira. Mantém assídua correspondência literária com os eruditos contemporâneos⁴, não interrompendo a atenção pelo movimento editorial europeu e pela compra avultada de colecções de livros, que seriam nucleares para as bibliotecas que criou e tornou públicas em Lisboa, no Convento de Jesus e na Real Mesa Censória; em Beja⁵ e em Évora, nas últimas etapas da sua vida.

A Biblioteca Pública no pensamento de Cenáculo

⁴ Da imensa correspondência que manteve, ao longo de toda a vida e sobre as suas múltiplas actividades, dão conta os resumos contidos no *Catálogo da Correspondência Dirigida a Frei M. do Cenáculo Villas Boas*. Évora: BPADE, 1944-56, 6 v. (Org. de Armando Nobre de Gusmão). Casos particulares mais destacados, concretamente com os intelectuais espanhóis, foram estudados por Léon BOURDON e por Marie-Helène PIWNIK – *Echanges Érudits dans la Péninsule Ibérique: 1750-1767*. Paris: F. C. Gulbenkian, 1987, onde apresenta uma síntese surpreendente do diálogo cultural polifacético em que intervém. Das publicações anteriores, sobre as relações epistolares, caso a caso, citemos: a) Léon BOURDON – «Relations ‘Littéraires’ portugais de Juan Bantista Munõz: 1784-99», *Arquivos do C. Cultural Português*. Paris, 8, 1974, p. 405-539 ; b) M^e Helène PIWNIK – «Un épisode des relations intellectuelles entre l’Espagne et le Portugal au XVIII^{eme} siècle: la correspondance adressée par les frères Mohedanos, Provinciaux du Tiers Ordre Régulier de Saint François en Andalousie, à Manuel do Cenáculo, évêque de Beja. Essai d’une chronologie, principaux aspects», *Arquivos do C. Cultural Português*. Paris, 11, 1977, p. 213- 254 ; «Voyage au Portugal de quatre religieux espagnols du Tiers-Ordre de la Pénitence: 1773», *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes* (39-40), 1978-79, p. 25-84 ; «La correspondance Mayáns-Cenáculo: principaux aspects», *Arquivos C. Cultural Português*, Paris, 20, 1984, p. 233-311; e «La correspondance Mayáns-Cenáculo», *Arquivos do C. Cultural Português*, Paris, 22, 1986, p. 483-614 ; «Les deux voyages de F. Pérez-Bayer au Portugal: 1782-1783», *Revista de História Moderna – Annales de la Universidad de Alicante*, 3, 1983, p. 261-317.

⁵ Explica este projecto a Mayáns, em carta de 7 de Junho de 1777: «A minha Bibliotheca he apta para nella se formarem com merecimento os sogeitos que a quizerem desfructar. Eu a vou transferindo para esta Capital da Dioceze para a fazer Publica, e por hora os Livros relativos ao Estado Ecclesiastico se acham quasi colocados em termos de serem lidos», *apud Piwnik, loc.cit.*, 549-550.

Na segunda metade de Setecentos, o panorama do país era desolador quanto a «estabelecimentos literários», que tinham desaparecido na voragem do Terramoto: particulares e conventuais, incluindo os que abriam as portas aos estudiosos, assim como a Biblioteca Real que atingira o auge da grandeza com o *Magnânimo*.

A reconstituição possível da Biblioteca Real estava em marcha, tendo o próprio Cenáculo feito valer os seus bons ofícios junto de Diogo Barbosa Machado, para que destinasse a sua escolhida Livraria a esse fim.

Articulando a sua posição preponderante na charneira de diversos organismos, propôs a criação de um novo imposto sobre as bebidas alcoólicas – o denominado «subsídio literário» –, para financiar as «escolas menores» que tinha a incumbência de criar em todo o país, encarregando-se a Junta do Subsídio Literário da respectiva cobrança e administração⁶.

No âmbito da Mesa Censória, atribuiu-se a missão de instituir uma *Biblioteca Pública*, à altura das maiores da Europa que abrisse as suas portas a curiosos e eruditos, e apoiasse o trabalho dos Censores. Neste empreendimento convergiram todos os seus planos conceptuais e funcionais, uma vez que Fr. Manuel do Cenáculo imaginou e teve o maior êxito em conseguir os meios materiais amplíssimos que tais tarefas exigiam.

Os termos da proposta que elabora para o funcionamento do Subsídio Literário (1772) são bem elucidativos dos seus intentos: arrecadar fundos para o pagamento dos professores dos estudos menores, prevendo, desde logo, disponibilidades residuais para outras «dignas applicações [...] que farão huma virtuoza, e necessária emulação a todas as Corporações Litterarias do Estado:

Primeira applicação: *a compra sucessiva, e inextinguível de livros para a Bibliotheca Publica, dirigida pela Meza. De sorte que a riqueza do Erário de V. Mag. nesta repartição chegue a formar não somente huma das primeiras Bibliothecas da Europa, mas tambem que seja decorada de preciosos Manuscritos, e dos Livros mais raros, e escolhidos.*

Segunda applicação: *a composição de hum Museu de Raridades, para o que dão hoje exemplos, e estímulos de Sciencia e de paixão as Nações cultas; mas que brevemente hajão de receber os mesmos, e mais significantes exemplos desta Capital»⁷.*

⁶ Aliás, a Junta manteve-se em funcionamento com amplíssimas dotações, «paralelamente» ao Real Erário, até à sua extinção em 1788, em plena «Viradeira».

⁷ IAN/TT, Lisboa – Ministério do Reino (Mesa da Comissão Geral do Exame e Censura dos Livros), L 362, f. 113 v-114 (Sublinhados nossos).

Etapas do projecto

Estas grandes linhas programáticas anunciam o plano ambicioso e dinâmico para a Biblioteca que se vinha a cristalizar na mente de Cenáculo, sendo objecto de propostas abrangentes: quanto aos primeiros fundos e aos meios económicos indispensáveis para o seu desenvolvimento; quanto ao pessoal necessário e, finalmente, quanto às instalações condignas que deveria ter, em edifício próprio.

a) Património inicial

Poderia contar desde o início com os fundos das Livrarias da Companhia de Jesus (expulsa do país em 1759), património inventariado e apreendido – como todos os outros bens móveis e imóveis –, embora o mau estado de algumas delas fosse acentuado pelas más condições de conservação ao longo dessa última década. Apesar de tudo, constituíam um património notável para reconstruir a «memória bibliográfica» do Reino, salva do Terramoto. Tarefa importante e inadiável, especialmente na capital que se procurava reconstruir com a dinâmica dos tempos que se viviam.

O destino de algumas dessas bibliotecas foi quase directamente o dos centros de ensino nascentes, como o Colégio dos Nobres, que recebeu as bibliotecas do Colégio de Santo Antão e da Casa de Arroios; a Universidade de Coimbra que herdou a livraria além dos edifícios do Colégio das Artes, etc.

Quando, na Real Mesa Censória, se regista a decisão Pombalina de recolher as livrarias dos colégios e casas dos Jesuítas, já decorriam essas operações, apesar das dificuldades que apresentava o seu transporte e acomodação. Daí, que seja ainda mais interessante e ousada a proposta do Bispo Presidente, perante a vastidão e dispersão desses fundos: a sua utilização numa biblioteca pública que queria tornar das melhores da Europa e, portanto, com meios económicos para a «compra sucessiva e inextinguível de livros e manuscritos» inexistentes, e conseguindo autorização para vender livros «duplicados» e comprar outros recentes.

- **Crescimento dos fundos**

Nota à parte merece a questão do previsto crescimento de fundos, através das compras no mercado livreiro da época, sobretudo através da loja de livros anexa à recém criada Impressão Régia. Dirigida pelo impressor-livreiro italiano Nicolau Pagliarini, que, em Roma, prestara serviços directos à política anti-jesuítica e viera para Portugal com as honras e mercês de «fidalgo da Casa Real». Nesta altura, estava

também encarregado da «arrumação e ordenação» da Biblioteca do Colégio dos Nobres e da Biblioteca Real, revelando-se desde cedo como o grande «mentor» das compras que deveriam fazer-se para a Biblioteca Pública onde, aliás, também pretendeu trabalhar.

Outras aquisições privilegiadas fazem-se no comércio de ocasião, como no caso singular do *Leilão da livraria de D. José da Silva Pessanha* (1775)⁸ de reconhecida importância na época, rica em seiscentistas italianos de todas as matérias; franceses, espanhóis e portugueses antigos e recentes; autores clássicos, livros de estampas, etc. Oportunidade excepcional de enriquecer a Biblioteca da Mesa, tendo o mesmo Pagliarini sido encarregado por Pombal de fazer o inventário e imprimir o catálogo⁹. As respectivas listagens deveriam ser enviadas a Fr. Manuel do Cenáculo para escolher «algumas edições raríssimas que não deviam perder-se» para a Biblioteca da Mesa, destino «preferível à Biblioteca Real». Assim foram adquiridas centenas de obras e pagas directamente pela Junta do Subsídio Literário.

- **Novos acervos reunidos: catálogo das compras**

Apenas nos chegou (ou existiu?) um documento relativo aos novos fundos reunidos para a Biblioteca: o *Catálogo dos livros que Nicolao Pagliarini tem enviado para a Bibliotheca da Real Mesa Censoria, feito pelo sub-Bibliothecario Thomás Jozeph de Aquino*¹⁰.

O manuscrito com o formato de grande *in-fol*, reúne vários cadernos cosidos – com numeração recente – num total de 47 fólios; praticamente sem rasuras nem emendas, assinado no final pelo Sub-Bibliotecário, mas não datado.

Trata-se de um catálogo alfabético das compras efectuadas no mercado, em poucos anos, de acordo com as informações fornecidas pelas listas/facturas referentes a parte significativa das obras que nele figuram¹¹ e à liquidação das mesmas¹².

⁸ Desenvolvemos amplamente este assunto na obra: *Livraria de D. José da Silva Pessanha: do colecionador à Biblioteca Pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.

⁹ *Catálogo da Livraria do Ill^{mo} e Ex^{mo} Senhor D. José da Silva Peçanha que se ha vender nas suas casas à Junqueira [...] em Junho de 1775* [Lisboa].

¹⁰ BN – BN/AC/01/Cx 01. Preparamos o estudo e a edição integral deste catálogo. Nesta oportunidade, apresentamos apenas *resultados preliminares* desse trabalho.

¹¹ BPE, Évora – CXXVIII/2-17 (Listagens datadas de Dez. de 1771 e Dez. de 1773, nos montantes de 1.202\$870 e 1.200\$000 Réis, respectivamente).

¹² AHTC, Lisboa – ER, Liv. 3939, p. 92-93. A partir desta data e, em montantes

Seguindo a ordem alfabética dos autores de modo bastante correcto, elenca 1.275 títulos, normalmente bem descritos, num total de volumes superior a 6.900.

Numa rápida aproximação a esse conjunto sobressaem, além da notável dimensão, outros dados interessantes quanto a estas compras no mercado livreiro da época e que, através dos tempos e Instituições, chegaram (quase) intactas ao património da actual Biblioteca Nacional.

Feita a transcrição integral do catálogo, acrescentaram-se os elementos bibliográficos pertinentes – através das bibliografias internacionais – e fez-se a indexação das obras, de acordo com as suas linhas de força, a análise quantitativa que as grandes séries avalizam.

Remetendo para os gráficos finais os resultados mais detalhados, apontamos agora as linhas de força dos mesmos quanto a elementos importantes, como as línguas dominantes, as zonas geográficas de impressão das obras, as datas respectivas e – *last but not least* – as áreas temáticas que, afinal, melhor nos aproximam dos interesses dominantes, das escolhas operadas, etc. Em suma, daquilo que se pretendeu levar à Biblioteca Pública para colocar à disposição dos utentes, actuais ou potenciais e, em última análise, deixa transparecer o pensamento de Cenáculo nesse projecto.

– **Edições/línguas:** Num relance rápido pela listagem¹³, evidencia-se de imediato a clara predominância do latim (63%) sobre as línguas vivas, como é normal na época; segue-se o francês – mais de um quarto dos títulos – e, a grande distância, o italiano; o castelhano é residual e as obras em português estão naturalmente ausentes, dado a orientação das compras para o estrangeiro [GRÁFICO I].

– **Edições/datas:** Distribuição das edições por datas – de modo genérico, pelos séculos – dá-nos uma pista fundamental para a apreciação deste núcleo: o peso do próprio século XVIII em que as compras são feitas (74%) [GRÁFICO II]. Esta característica é sublinhada pela análise mais detalhada, ao nível das décadas, isto é nos anos em que são

idênticos, são lançados outros pagamentos de obras, até 1778 ; depois, até Setº 1794, figuram de modo sistemático mas genérico os *items* “Despesas com a Livraria”, presumindo-se que a maior parte são de outro tipo – provavelmente salários – pagos trimestralmente.

¹³ Todos os valores que se apresentam foram calculados pelo nº de edições da lista, ou seja pelos *títulos* . Só fizemos referência ao número de volumes para dar uma ideia da dimensão destas compras na biblioteca.

efectuadas as compras, nas décadas de sessenta e setenta, sendo a «proximidade» temporal das edições por demais evidente a este nível [GRÁFICO III].

– **Edições por zonas geográficas:** Os resultados confirmam com clareza as tendências dos vectores anteriores, evidenciando os centros de edição particularmente activos nessas áreas geográficas como sabemos dos clássicos estudos de História da edição¹⁴. Assinale-se, no entanto, que a maioria das edições que sai dos prelos da zona germânica são em língua latina, que nesta época, continua a ser grande língua de comunicação tanto ao nível da Teologia como das Ciências e Artes etc. autonomizadas relativamente à Filosofia que as englobava [GRÁFICO IV].

– **Distribuição temática das obras:** Após aquele percurso, de certo modo "exterior aos conteúdos", e analisadas as obras na sua individualidade, podemos verificar o peso relativo das séries e sublinhar dois factores fundamentais. Em primeiro lugar, a importância que ainda tem a Teologia (20%) neste conjunto. Porém, neste número esconde-se a sua principal característica, ou seja o facto de tais obras serem, em parte muito apreciável, de autores da Reforma e não da ortodoxia católica¹⁵; segue-se uma área de conteúdos com reformulação recente, como as Belas Letras, em francês, a língua viva em crescente afirmação como "língua franca"[GRÁFICO V].

No entanto, o interesse mais explícito do conjunto de obras em análise aponta para a História (47%) que, além das ciências auxiliares e da geografia, abrange a História Eclesiástica e a Civil – Antiga e Moderna –, Antiguidades e História Literária. Ora bem, é aqui que os títulos manifestam uma preocupação assinalável nas chamadas «obras de referência» indispensáveis numa Biblioteca: bibliografias, dicionários, enciclopédias, etc., com grande o número de edições muito recentes, em latim, francês e italiano [GRÁFICO VI].

Nas Antiguidades e Arqueologia encontram-se catálogos de colecções e de importantes museus arqueológicos, como esteio bibliográfico do previsto «Museu de Raridades», indissociavelmente unido à Biblioteca; biografias de pintores, escultores, arquitectos; séries de gravuras, como o caso paradigmático de Giovanni Battista

¹⁴ Cf. Por todos, Henri-Jean MARTIN; Roger CHARTIER (dir.) – *Histoire de l'édition française*. Paris: Promodis, 1983-1986, 4 vol.

¹⁵ Fazemos esta afirmação baseando-nos em dados preliminares que, eventualmente, podem sofrer revisões.

Piranesi – com os *Carceri d'invenzione* e as *Vedute di Roma*, em pleno curso de edição – que as grandes bibliotecas de hoje se orgulham de possuir¹⁶.

Em suma, o «lugar» da História¹⁷ está bem talhado ao gosto e interesses abrangentes da figura ímpar de Fr. Manuel do Cenáculo, «*homem da sua época por excelência*», que – na síntese de F. da Gama Caiiro – exerceu «com um enciclopedismo tão ao gosto do seu século, as mais variadas actividades como historiador, político, eclesiástico, reformador, pedagogo e filósofo, distinguindo-se como humanista, arqueólogo e bibliófilo, cultivando a Numismática, a Exegese, a Hermenêutica e a Liturgia»¹⁸.

b) Meios humanos

No contexto do crescimento dos fundos da Biblioteca, Cenáculo atendia a outros vectores fundamentais para a execução daquele projecto – quase utópico, se não se vissem os anos áureos da governação Pombalina – os *meios humanos indispensáveis e o edifício próprio*.

Em primeiro lugar, tornava-se evidente a necessidade de dotar a instituição de pessoal próprio e qualificado, sendo a função de Bibliotecário-Mor (ou Inspector) cometida a um Deputado da Mesa Censória. Nesse sentido, consegue a nomeação de um Sub-Bibliotecário, efectuada por real decreto de 2 de Janeiro de 1773: «Attendendo à boa informação [...] das letras e applicação de Thomaz Jozé de Aquino: Hei por bem nomeallo Sub-Bibliotecario da Livraria da Real Meza Censoria»¹⁹.

Sem perder de vista a grande Biblioteca com que sonhava, as reflexões do seu mentor estendem-se a um «cúmulo» de questões práticas a exigir imediata resolução, concretamente ao nível do pessoal indispensável para o efectivo funcionamento, em termos esclarecedores: «Tem mostrado huma experiencia quotidiana, e o porsuadem as reflexões sobre a laboriozissima verificação da Ley das

¹⁶ Cf. A este respeito, veja-se a apresentação da obra feita por Maria da Graça GARCIA – «Vedute di Roma», *Biblioteca Nacional – Tesouros: Iconografia* (Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/369>).

¹⁷ Carta a G. Mayáns. Beja, 1 Maio 1778: «Fomentei sempre hum grande ardor pela Historia, e onde vejo que ella falta, alli me dezejo interessar mais». *Apud* Piwnik, *loc. cit.*, p. 555.

¹⁸ F. da Gama CAEIRO – «A obra do Arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo à luz da cultura portuguesa». *Actas do Congresso de História no IV centenário do Seminário de Évora*. Évora: Instituto Superior de Teologia-Seminário Maior de Évora, 1999, vol. II, p. 367-373.

¹⁹ IAN/TT, Lisboa – Min. Reino, L 362, f. 123.

Escolas Menores, que a Real Meza Censoria carece de officiaes sufficientes para o seo prompto expediente [...]»²⁰. O texto prossegue com a explicitação pormenorizada das funções desse pessoal e das suas justas retribuições, concluindo numa síntese esclarecedora:

«Como a Bibliotheca cresce quotidianamente, e ao presente pode ser que se ache com quarenta mil volumes; [...] por falta de diggestão, e de officiaes, se tem abtido os Ministros da Meza de se valerem dos Livros desta, são muito necessarios dois Ajudantes de bibliothecario, para vigiarem, coordenarem, e mais exercícios infalliveis logo que uma Bibliotheca se põe em movimento, ainda que seja somente para os ministros, e para estar facil, limpa e bem conservada [...]. He tão bem necessario hum moço que se occupe quotidianamente em alimpar, varrer e assear [...]»²¹.

Embora aquém das necessidades apontadas, efectivam-se as nomeações de um Fiel e um Moço²², para a guarda e limpeza da Biblioteca que, com o Sub-Bibliotecário, constituirão todo o pessoal.

A sua clareza de ideias sobre o *essencial* numa biblioteca, manteve-se bem delineada e firme, surpreendentemente actual, como escreveu a propósito de uma biblioteca de Valência: «O Illm^o Bayer [...] confio que estabelecerá hum fundo para Bibliothecario e conservação: são dois pontos essenciaes, sem isso *actum est.*»²³.

c) Projecto de edificio: instalações condignas

O crescimento efectivo da Biblioteca requeria instalações cada vez mais amplas, para albergar as dezenas de milhar de volumes chegados de modo desordenado, depois de terem permanecido em más condições nos depósitos dos extintos colégios da Companhia de Jesus. O próprio Tribunal da Mesa Censória, com as suas salas de reunião e Secretaria, depósitos de livros para rever, etc., funcionava em instalações provisórias, várias vezes trocadas ou cedidas por outros organismos.

Acima de tudo, era a *Biblioteca Pública* que exigia um edificio condigno, em consonância com a monumentalidade do seu projecto generoso que, sem dúvida, «évoque la possibilité, babélieenne de rassembler et d'ouvrir à tous tous les savoirs et

²⁰ BPE, Évora – CXXVIII / 2-15, f. 35. Tendo em conta a época de grande afluência das obras provenientes das bibliotecas recolhidas e as nomeações do pessoal, o texto terá sido escrito entre Janeiro e Abril de 1775.

²¹ IDEM, *ibidem*.

²² IAN/TT, Lisboa – Min. Reino, L 362, f. 123 (13 Maio 1775).

²³ Carta a Juan Antonio Mayáns. Beja, 23 Agosto de 1787, *apud* PIWNIK, *loc. cit.*, 597.

toute la mémoire du monde»²⁴; colmatando a falta das instituições desaparecidas mas, sobretudo, erguendo-se à medida dos tempos da reconstrução magnânima da capital do Reino.

Esse plano de excelência, virado para o futuro, saiu certamente da mão do Presidente da Real Mesa Censória que deixou autografada²⁵ uma nota sobre o destinatário, antes do preâmbulo:

«Faz-se indispensavel para a Bibliotheca huma Caza vasta, bem proporcionada, magestosa, capaz de muitos mil volumes, sendo regulada pelas Bibliothecas Publicas da Europa, em algumas das quaes ha cem; duzentos; trezentos mil, e mais volumes; e caza, que seja disposta para huma aquisição, que ainda sendo ora frequente, ora lenta, comtudo hade ser perpetua, e illimitada».

Segue-se a enumeração detalhada e sistemática²⁶ da «obra» encomendada, começando pelo Átrio – «indispensável para Ornato, e para decencia» –, passa ao piso principal onde deveria situar-se a «Casa Pública», destinada ao estudo dos particulares «debaixo dos olhos dos Bibliothecarios, e dos guardas»; os gabinetes para os Censores ou outros Ministros que realizem trabalhos especiais; igual número de gabinetes para os amanuenses e copistas; o gabinete do Bibliotecário Maior e uma sala para os bibliotecários trabalharem.

A distribuição dos livros deveria fazer-se por casas e matérias, englobando ainda as divisões para mapas e globos; raridades e «secreto»; outra para os manuscritos, capaz de recolher milhares de volumes e códices. Duas casas ou uma Galeria «para Monetario, Desenhos, Estampas [...], Pinturas, principalmente de sujeitos Mestres, o que he Ornato essencial de huma Bibliotheca».

Além daquele numeroso conjunto de divisões (19), deveriam prever-se armazéns capazes de albergarem materiais de imprensa e oficinas de encadernação; livros e livrarias inteiras que se comprarem, antes de serem distribuídas, vendidas ou trocadas; depósito de livros de «inferior ordem» pois que «tudo que se imprimir deve existir numa Biblioteca Pública». Conclui as instruções com notas práticas relativas às

²⁴ À maneira de Jorge Luis Borges, como escreveu Daniel ROCHE – «Lumières», *Autrement*. Paris, avril 1991 [«La Bibliothèque : miroir de l'âme, mémoire du monde»]

²⁵ «Dei este papel em 4 de Julho de 1773 para Reynaldo Manuel fazer a Planta: Levou o original; e ficou esta copia». BPE, Évora – CXXVIII / 2-16, f. 312-313.

²⁶ Remetemos para o nosso artigo «Para a história da Biblioteca da Real Mesa Censória». *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, S. 2, 7 (1) 1992, p. 137-158, onde publicámos na íntegra este plano.

instalações sanitárias, aos depósitos de material, etc., pragmaticamente propondo mais duas ou quatro salas «a que o tempo dará destinação», para conterem mais livros e manuscritos, quando estiverem cheias «as outras cazas e museos».

Um admirador e entusiasta da obra de Cenáculo, o P. Rafael Rodriguez Mohedano, que visita Portugal nesta altura (Julho de 1773) e, muito provavelmente, teve conhecimento directo deste projecto, escreve as suas impressões sobre os novos estabelecimentos literários e a reedificação de Lisboa «con mejores edificios y en mejor situación que antes», acrescentando que «ahora se va a contruir un sobervio edificio para Biblioteca Real y Museo»²⁷.

De qualquer modo, foi certamente aquele *Plano* que esteve subjacente ao decreto de D. José, de 2 de Outubro de 1775²⁸ onde, louvando a florescente actividade da Real Mesa Censória e a enorme riqueza da sua Biblioteca – de 60 000 volumes –, manifesta a intenção de «acrescentalla ao ponto de se fazer publica em beneficio geral de todos os [Meus] Vassallos que nella se quizerem instruir». Assim, decide «atribuir-lhe as accomodações necessarias para o seu expediente, Casa de Sessões, Secretaria, para a Junta do Subsídio Literário; Cazas e Armazéns para a Revisão [...] e principalmente as grandes cazas que mais são precisas para a acomodação da referida Bibliotheca Publica, com os seus accessorios». Faz-lhe «mercê da posse, e uzo de toda a parte que lhe for necessaria [...] no grande Edificio do lado Occidental da Real Praça do Commercio, assim do que já se acha occupado, como do que está por acabar», aprovando a sugestão de que o financiamento da obra corra pelo cofre do Subsídio Literário. Finalmente, ordena ao Architecto Geral das Obras Públicas (Reynaldo Manuel) que tenha tudo isto em conta no mapa das obras, que o Inspector Geral das mesmas (Marquês de Pombal) mandará executar²⁹.

²⁷ Cfr. M. H. PIWNIK – «Voyage au Portugal de quatre religieux [...]», *loc. cit.* p. 70.

²⁸ IAN/TT, Lisboa – Min. Reino, L 362, f. 181-184. V. edição integral no nosso artigo «A caminho da Real Biblioteca Pública: dois documentos, 1775-1795», *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, S. 2, 5 (1) 1990, 139-160.

²⁹ Tenha-se em conta a evolução da reconstrução de Lisboa amplamente estudada por J.-A. FRANÇA – *Lisboa Pombalina, cidade do Iluminismo*. 3ª ed. Lisboa: Bertrand, 1987. De facto, poucos meses antes do decreto citado, em Junho, quando fora inaugurada a estátua equestre, só pequena parte da Praça do Comércio estava edificada. Diz uma testemunha: «[...] a planta do seu todo não passava dos poucos a quem por politica ou necessidade se deixava ver. Determinou o Marques, que no dia 6 de Junho daquelle ano

No entanto, torna-se difícil saber quando e como se processou a mudança para o «edifício definitivo» e se abandonaram as sucessivas instalações provisórias, como se pode deduzir do elucidativo testemunho do académico espanhol D. José Cornide que, em 1800, assim descrevia a Praça do Comércio:

«De la parte del Norte sólo se halla concluido el medio frente occidental á la rua Augusta, y en él ejercen sus funciones el Consejo de Hacienda y la Junta de Comercio [...] *Hállase sin concluir* y sólo elevado hasta el primer piso *el lado oriental*, y aun lo está también la parte que le corresponde de un gran arco adornado de columnas que da entrada á la [...] Rua Augusta, *por más que uno y otro se supongan concluidos* en una perspectiva de esta plaza, que acaso se formó de resultas de los adornos interinos con que se celebró *la coronación* de la Señora Reina Doña Maria [1777]³⁰».

Pelos balanços da receita e despesa da Junta do Subsídio Literário sabe-se com rigor do exacto cumprimento das instruções do Marquês quanto ao pagamento dos materiais de construção e das férias dos operários, vários anos depois da queda do Ministro e, apesar da interrupção quase geral das obras de Lisboa, decidida por D. Maria I. Em Novembro de 1784³¹, dando-se por concluída a obra, regista-se que o montante global pago por aquele organismo atingira os 33.560\$247 réis. Outras verbas,

devia aparecer a sua quadratura formada de madeira, como se na realidade estivesse completo o Edifício (compreendido o seu Caes) na forma deliniada, e principiada, e com tal perfeição de semelhança, que os olhos não podessem distinguir o verdadeiro do fingido». *A inauguração da estatua equestre: narração verídica por um jesuita, testemunha ocular do acontecimento*. Lisboa: Ed. Labor, 1938, em edição de Ângelo PEREIRA. Alguns anos depois, na época de D. Maria, aquele espaço do «plano nobre do lado Ocidental da Real Praça do Comercio» foi atribuído de forma sucessiva e contraditória a Tribunais, Conselhos e Juntas, de tal modo que a Real Mesa Censória levará à Rainha, em 26 Março 1778, uma consulta formal e completa sobre as ordens que contradiziam o Decreto de D. José de 2 Out. 1775: «para que em atenção à graça que lhe foi feita pelo mesmo Senhor, e ao grande embaraço que cauzará ao Expediente da Meza, destinar-se-lhe outra Caza, que não seja a que prezentemente lhe serve de Despacho, por ser a que esta proxima a suas respectivas Secretarias e mais acomodações precisas; conserve vossa Magestade o Tribunal na mesma caza [...]» (IAN/TT – Real Mesa Censoria, L 22, f. 22).

³⁰ *Estado de Portugal en el año de 1800*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1893, 3v., t. 2, p. 17 (Memorial Historico Español: Col. Doc.; 26), em edição de Antonio SÁNCHEZ MOGUEL.

³¹ IAN/TT, Lisboa – Min. Reino, Subsídio Literário, Mç. 360, nº 5.

igualmente suportadas pela Junta e consideradas «abusivas e estranhas aos seus objectivos», referem-se aos ordenados dos empregados na Livraria da Mesa³².

Passada uma década – Fevereiro de 1795 – quando António Ribeiro dos Santos já dirige os trabalhos prévios à instituição da Real Biblioteca Pública da Corte, informa superiormente que o P. Tomaz Joze de Aquino (Sub-Bibliotecário) e o Fiel Eusébio J. Duarte tinham continuado «a exercitar estes Empregos desde o tempo da extinção daquela Meza ate o prezente [...] com o vencimento dos seus Ordenados por inteiro», uma vez que assim o determinara o Real Decreto sobre os funcionários da Mesa da Comissão Geral [de Exame e Censura dos Livros] aquando da sua extinção³³. Em 1812³⁴, era o mais antigo funcionário da Biblioteca, traduzindo, à sua maneira, a continuidade entre as duas instituições...

Um «balanço» da Biblioteca Pública

Apesar de todas as vicissitudes mencionadas, seria um «balanço» injusto considerar inexistente ou pouco mais que depósito de velhos livros, quanto foi a *Biblioteca Pública* efectivamente iniciada nos anos 1770-1775: projectada, enriquecida com vastos fundos patrimonias antigos e compras nucleraes recentes. É isso mesmo que reconhece o lente de Coimbra e seu ex-bibliotecário, António Ribeiros dos Santos, quando chamado a pronunciar-se sobre o estado em que se encontrava «a Livraria que estivera a cargo da Mesa Consória»³⁵.

³² Eram os seguintes: Thomaz Joze de Aquino, Sub-bibliotecário; Guilherme Joze Salgado, Fiel da Biblioteca; e Euzebio José Duarte, Moço da Livraria. Uma carta de recomendação para este que, em Setembro de 1781 pretendia o lugar de varredor da Biblioteca da Mesa Censória», encontra-se na na *Correspondência* dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo (*loc. cit.*, v. 2, nº 4408).

³³ BN, Lisboa – BN/DGA/04/Lv 01 «Copiadores de correspondência expedida (1795-1803)», p.9-10, onde refere o facto de os mesmos precisarem, então, de ser inscritos na «Folha da Nova Administração da Real Bibliotheca Publica desta Corte» e ser pagos pela mesma, como os outros Oficiais da Casa, etc.

³⁴ *Cfr.* «Relação dos empregados por regias ordens do Principe Regente Nosso Senhor na Real Bibliotheca de Lisboa pela ordem de seus cargos» [Lisboa 22 de Maio de 1812] – "Euzebio Joze Duarte, filho do Capitão Manoel Duarte, natural de Pinhel (Viuvo); residente no Beco do Bogio, Nº 5; Idade - 76 anos; Emprego – Porteiro, que havia entrado na Bibliotheca que estava a cargo da Meza da Comissão em 22 de Abril de 1782; com 30 anos de serviço".

³⁵ *Cf.* «Relatório ...», de 5 de Jan. 1795, que publicamos na íntegra no artigo *supra: loc. cit.*, p. 157-160.

Traçando um quadro desolador do estado deplorável a que, por causas diversas, tinham chegado tais colecções, estima em mais de 50 000 volumes os fundos reunidos, entre os quais «livros excelentes e de alto custo e muitas colecções de obras valiosas principalmente de História Literária, Crónicas Portuguesas, traduções de Clássicos Gregos e Latinos, constituíam um grande fundo para servir ao estabelecimento da Real Biblioteca da Corte». Mas, era urgente pôr tudo em ordem, limpar, arrumar, catalogar; contratar pessoal para todas essas funções; dispor de verbas para aquisições de livros novos, edições raras, manuscritos...

Os trabalhos começaram imediatamente, conforme sugeriu, e a *Real Biblioteca Pública da Corte* foi erigida pelo Alvará de 29 de Fevereiro de 1796, tornando-se Ribeiro dos Santos seu primeiro Bibliotecário-Mor.

Quando a Instituição preparava a abertura oficial ao público³⁶, escreve a Fr. Manuel do Cenáculo – então Arcebispo de Évora – uma carta de profunda admiração e gratidão, que constitui testemunho evidente do ponto de partida e do itinerário da ideia fundacional que, finalmente chegava a bom termo:

«A Real Biblioteca que S. Magestade foi servida mandar erigir nesta Corte para bem da Litteratura Nacional, tem de franquear com brevidade ao publico as preciosas Collecções de Livros, com que V.Ex^a a preparou, e enriqueceo nos ditozos dias de seo Governo Literario: e achando-me eu encarregado por Alta Mercê de S. Magestade de a reger, e dirigir, julguei ser de meo officio, e da primeira obrigação daquella Caza, participar a V. Ex^a esta noticia, como áquelle, que mais que todos folgará com ella, porque, qual outra distincto Zelador da Patria, estimará do que mais, V. Ex^a a execução deste illustre estabelecimento, tão util à Nação, e que foi tanto em outro tempo dos ardentes dezejões, e cuidados de V. Ex^a.

Tenho com isto occasião de representar a V. Ex^a por mim, e em nome de toda aquella Caza o nosso profundo reconhecimento por seos antigos beneficios; e de protestar com muita gloria nossa, que o Sagrado Nome de V.Ex^a como de seo primeiro Bemfeitor, e Director hirá na frente dos Fastos Literarios da Bibliotheca, havendo esta honra pela mayor, que a pode ennobrecer. [...]³⁷

Pelas razões invocadas, pelo reconhecimento dos antigos benefícios, considera-o «Primeiro Bemfeitor e Director» da Biblioteca; e o antigo projecto passava às mãos de quem avaliava a dimensão de passado tão honroso, que assumia como herança global. E

³⁶ De facto, a abertura ao público teve lugar alguns meses depois, em 13 de Maio de 1797, aniversário do Príncipe Regente.

³⁷ Carta de 27 de Setembro de 1796, *apud* Luis F. Carvalho DIAS – *Inéditos de Antonio Ribeiro dos Santos*. Coimbra:[s.n.], 1976.

assim se iniciavam também relações epistolares assíduas – entre 1796 e 1808 – entre o Bibliotecário-Mor e o Mecenas³⁸, que largamente excederão a bibliofilia

O agradecimento do Bispo de Beja traduz-se, de imediato, na intenção de doar à Real Biblioteca Pública da Corte alguns dos «restos» da sua colecção particular que ainda podia reunir. Entrecruzam-se a «acção patriótica» e o interesse pessoal por ver saldados os pagamentos de serviços à Coroa de que se acha credor. No vai e vem dos tempos, das razões e dos atrasos, o Arcebispo de Évora acumulará desilusões e a «recompensa» tardia e extemporânea nos familiares.

No entanto, a Doacção foi de vulto e efectivou-se, desde logo, ocupando um lugar próprio entre os *Tesouros da Biblioteca Nacional*, tornando-se por dupla razão, num testemunho vivo do pensamento e da acção do Erudito Cenáculo relativamente à instituição *pública* que idealizou e edificou.

Simpósio de Évora, Março de 2005

³⁸ Preparamos a edição deste epistolário inédito – várias dezenas de missivas – disperso por vários fundos arquivísticos, que poderá esclarecer estes aspectos com maior detalhe.

GRÁFICOS

GRÁFICO I

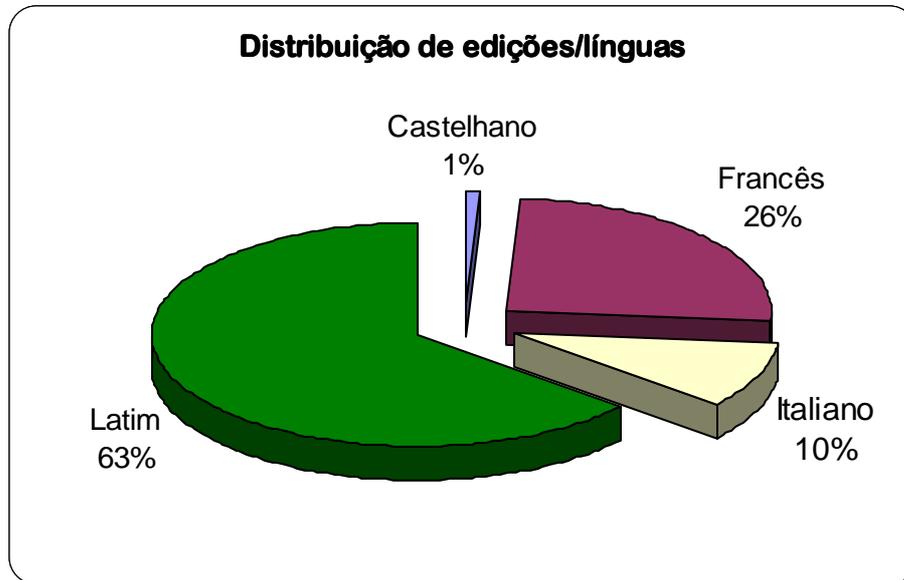


GRÁFICO II

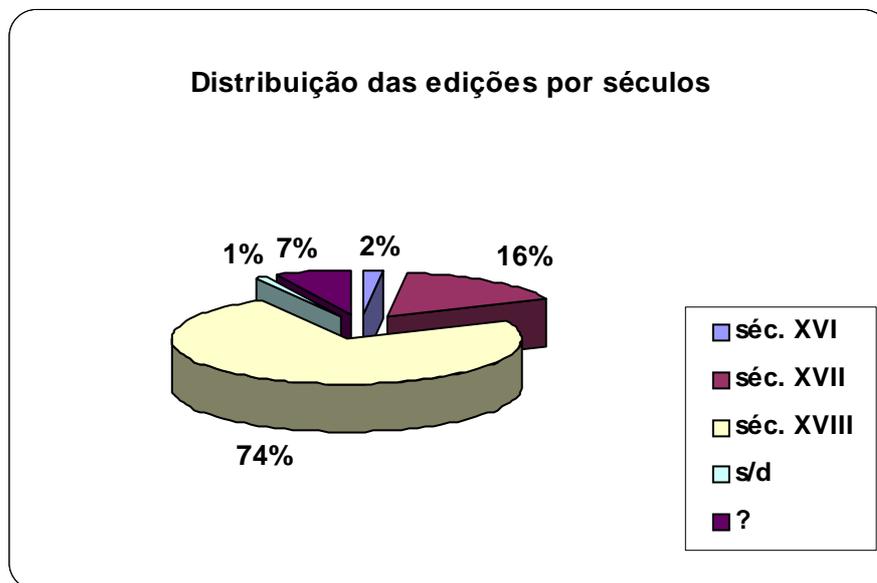


GRÁFICO III

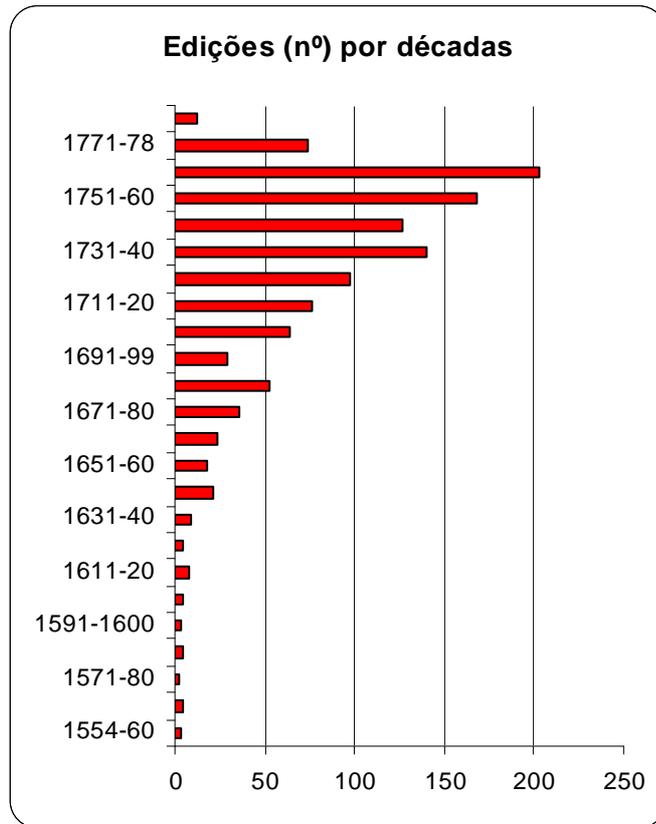


GRÁFICO IV

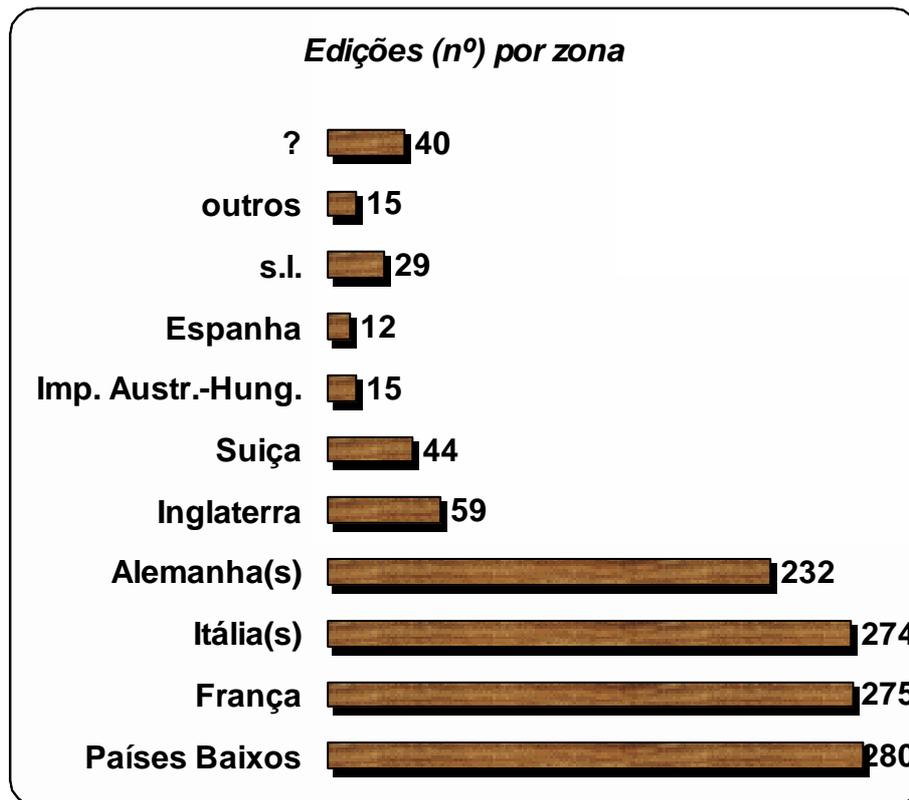


GRÁFICO V

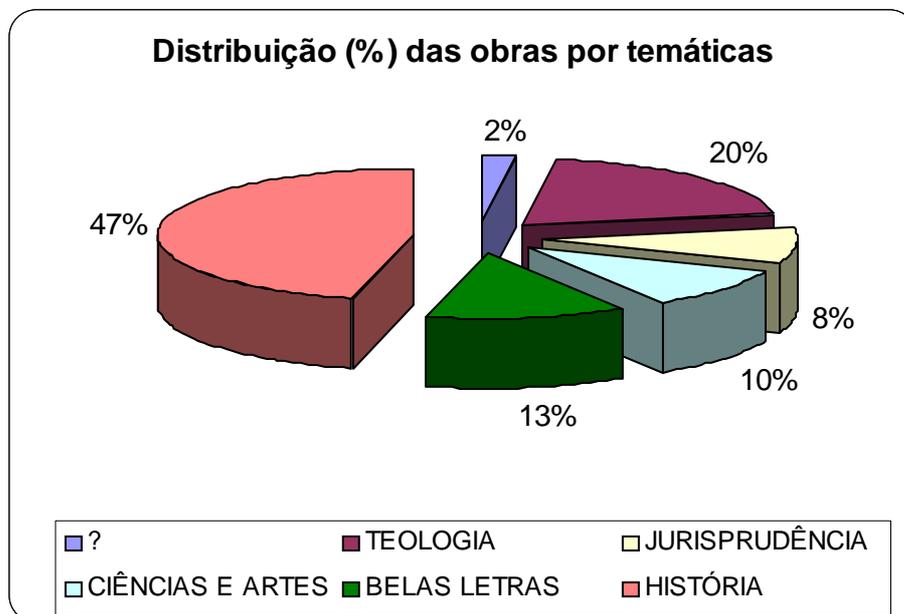
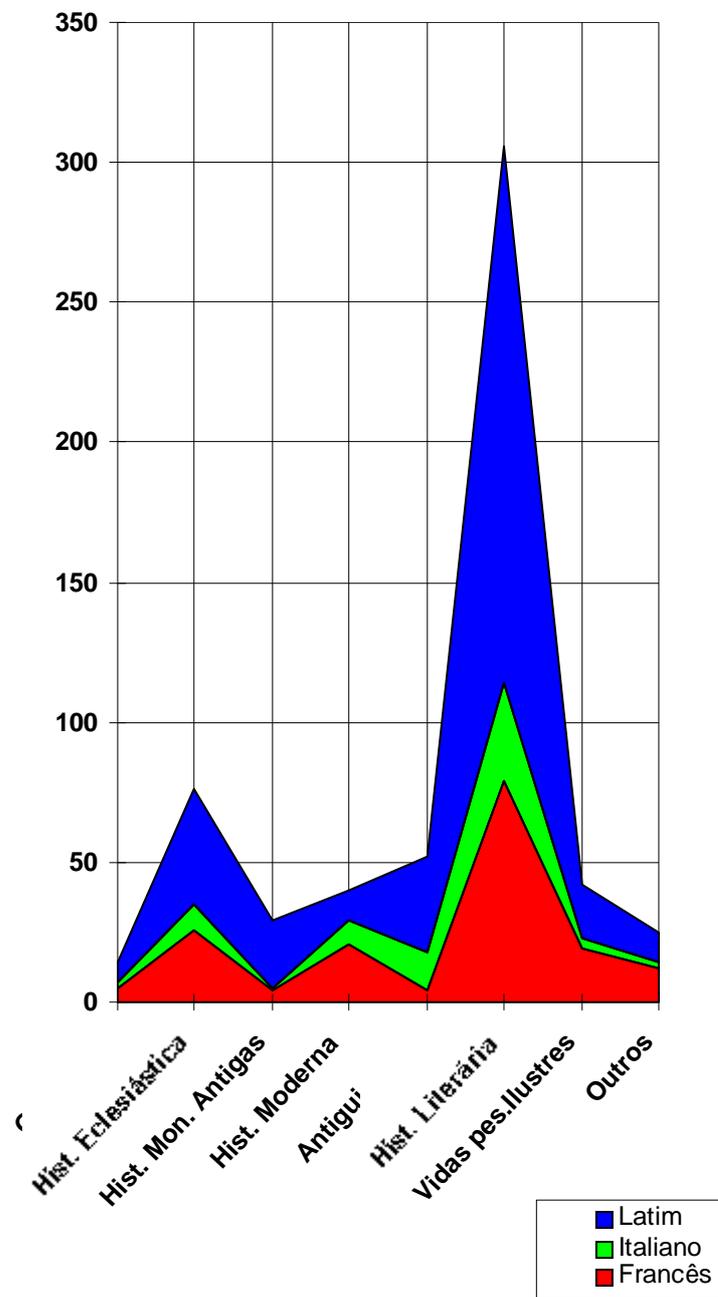


GRÁFICO VI

HISTÓRIA (nº edições)

Fontes & Bibliografia

*FONTES***Arquivo Histórico do Tribunal de Contas**

AHTC, Lisboa – ER, Liv. 3939

Biblioteca Nacional

BN, Lisboa – BN/AC/01/Cx 01.

BN, Lisboa – BN/DGA/04/Lv 01 («Copiadores de correspondência expedida, 1795-1803»)

Biblioteca Pública de Évora

BPE, Évora – CXXVIII / 2-15.

BPE, Évora – CXXVIII / 2-16.

BPE, Évora – CXXVIII / 2-17.

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

IAN/TT, Lisboa – Ministério do Reino (Mesa da Comissão Geral do Exame e Censura dos Livros), L. 362

IAN/TT, Lisboa – Ministério do Reino, Subsídio Literário, Mç. 360, nº 5.

IAN/TT – Real Mesa Censoria, L 22

BIBLIOGRAFIA

Léon BOURDON – «Relations ‘Littéraires’ portugais de Juan Bantista Munõz: 1784-99», *Arquivos do C. Cultural Português*. Paris, 8, 1974, p. 405-539

Francisco da GAMA CAEIRO – *Frei Manuel do Cenáculo: aspectos da sua actuação filosófica*. Lisboa: Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, 1959 (Recolhido nas obras completas ao autor: *Dispensos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, vol. 1, p.333-499)

– «A obra do Arcebispo D. Fr. Manuel do Cenáculo à luz da cultura portuguesa». *Actas do Congresso de História no IV centenário do Seminário de Évora*. Évora: Instituto Superior de Teologia-Seminário Maior de Évora, 1999, vol. II, p. 367-373.

Catálogo da correspondência dirigida a Frei Manuel do Cenáculo Villa-Boas. Évora: BPAD, 1944-56, 6 v. (Org. de Armando Nobre de GUSMÃO).

Catálogo da Livraria do Ill^{mo} e Ex^{mo} Senhor D. José da Silva Peçanha que se ha vender nas suas casas à Junqueira [...] em Junho de 1775 [Lisboa].

Manuel do CENÁCULO – *Memorias Historicas e Appendix Segundo [...] Para a Observancia e Estudos da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1794, v. 2.

José CORNIDE – *Estado de Portugal en el año de 1800*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1893, 3 v. (Memorial Historico Español: Col. Doc.; 26). Edição de Antonio SÁNCHEZ MOGUEL.

Luis F. Carvalho DIAS – *Inéditos de Antonio Ribeiro dos Santos*. Coimbra: [s.n.], 1976.

Manuela D. DOMINGOS – «A caminho da Real Biblioteca Pública: dois documentos, 1775-1795», *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, S.2, 5 (1) 1990, 139-160.

– *Livraria de D. José da Silva Pessanha: do colecionador à Biblioteca Pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.

– «Para a história da Biblioteca da Real Mesa Censória». *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, S. 2, 7 (1) 1992, p. 137-158.

J.-A. FRANÇA – *Lisboa Pombalina, cidade do Iluminismo*. 3^a ed. Lisboa: Bertrand, 1987.

Maria da Graça GARCIA – «Vedute di Roma», *Biblioteca Nacional – Tesouros: Iconografia* (Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/369>).

A inauguração da estatua equestre: narração veridica por um jesuita, testemunha ocular do acontecimento. Lisboa: Ed. Labor, 1938. Edição de Ângelo PEREIRA.

Jacques MARCADÉ – *Fr. Manuel do Cenáculo Villas Boas, Évêque de Beja, Archevêque d'Évora: 1770-1814*. Paris: F. Calouste Gulbenkian, C. C. Portugais, 1978.

Henri-Jean MARTIN; Roger CHARTIER (dir.) – *Histoire de l'édition française*. Paris: Promodis, 1983-1986, 4 vol.

Marie-Helène PIWNIK – «La correspondance Mayáns-Cenáculo: principaux aspects», *Arquivos C. Cultural Português*, Paris, 20, 1984, p. 233- 311.

– «La correspondance Mayáns-Cenáculo», *Arquivos do C. Cultural Português*, Paris, 22, 1986, p. 483-614.

– *Echanges Érudits dans la Péninsule Ibérique: 1750-1767*. Paris: F. C. Gulbenkian, 1987.

– «Un épisode des relations intellectuelles entre l'Espagne et le Portugal au XVIII^{ème} siècle: la correspondance adressée par les frères Mohedanos, Provinciaux du Tiers Ordre Régulier de Saint François en Andalusie, à Manuel do Cenáculo, évêque de

Beja. Essai d'une chronologie, principaux aspects», *Arquivos do C. Cultural Português*. Paris, 11, 1977, p. 213- 254.

– «Voyage au Portugal de quatre religieux espagnols du Tiers-Ordre de la Pénitence: 1773», *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes* (39-40), 1978-79, p. 25-84.

Daniel ROCHE – «Lumières», *Autrement*. Paris, avril 1991 [«La Bibliothèque : miroir de l'âme, mémoire du monde»].

Francisco Lourenço VAZ – *Instrução e economia: as ideias económicas no discurso da Ilustração portuguesa (1746-1820)*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.

Frei Manuel do Cenáculo - 'semeador' de bibliotecas e de museus. O conceito de biblioteca/museu na museologia setecentista

João Carlos Brigola

Departamento de História e Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência

Universidade de Évora

jcpb@uevora.pt

O texto que se apresenta, servindo de base a uma comunicação na Biblioteca Pública de Évora, em Março de 2005, centra-se na associação física e conceptual entre duas fontes do saber: 'os livros e os objectos', 'as bibliotecas e as colecções' - 'as palavras e as coisas' - que foi uma das características da actividade cultural de Cenáculo. Procurar-se-á interpretá-la enquanto tradição intelectual da cultura europeia, na época moderna, ilustrando-a com o exemplo de algumas obras e de algumas práticas anteriores ou coevas da actuação pública do prelado português.

Julgamos deixar assim identificados alguns dos referentes mentais do arcebispo de Évora - mas comuns a tantos outros intelectuais da hierarquia católica, confrontados com os desafios da *Razão ilustrada* - que caracterizaram a atmosfera cultural setecentista. A figura de Ângelo Maria Querini, bispo de Brescia, criador e doador de uma Biblioteca-Museu (1750) cujo modelo o português seguirá de perto, deverá doravante servir de escopo para estudos mais consistente sobre o ideário bibliófilo eleccionista de Cenáculo. Também neste contexto não pode esquecer um notável documento depositado na BPE, a *Oração do Museo dita a 15 de Março de 1791*, da autoria de frei José de São Lourenço do Valle mas anotado e corrigido pelo punho do próprio bispo de Beja. Trata-se de um documento de rara importância, em especial para a história doleccionismo e dos museus, que elucida bem o lugar que nos seus *cuidados literários* atribuía às colecções e livrarias públicas: "Tudo isto, senhores, que ouvis dizer - Museu - eram escolas gerais que se governavam por Mestres e encerravam Livrarias com todo o género de objectos em que se podia estudar. Ali, digo tudo, o melhor livro, todas as memórias dos tempos, todas as preciosidades raras da natureza e

do engenho das ciências e artes dos homens se guardavam para neles se aprender o que não convém ignorar" ³⁹

1. O primeiro testemunho cultural que aqui invocamos, como referência presente no ideário cenaculano, retoma a obra visionária de Tommaso Campanella, escrita em 1602, intitulada *La Città de Sol (Civitas solis vel de republicae idea)*. Nela se descreve um dos primeiros grandes museus utópicos: lugar de formação de um saber que não tem só uma finalidade classificatória, mas que ao contrário procura criar conhecimento e capacidade de juízo histórico através da experiência: "*e as crianças, sem se aborrecerem, jogando, conseguem saber todas as ciências de forma ilustrada antes de completarem dez anos de idade*" ⁴⁰.

Espaço indefinido e sem sentido claustrofóbico: sem paredes, aberto a múltiplos percursos, pensado para todos e destinado a todos; espaço para convocar toda a comunidade, capaz de responder às vocações individuais - um verdadeiro espaço público ⁴¹. O povo de *A Cidade do Sol* é instruído através de um só livro em que se encontram todas as ciências, nele se fazendo ler os jovens alunos, como era uso entre os pitagóricos. Com essa finalidade se pintaram todas as ciências em todas as muralhas e revelins, tanto no exterior como no seu interior. O projecto de Campanella de uma vasta enciclopédia ilustrada que recolhesse o saber de todas as ciências é, ao mesmo tempo, o ponto de chegada do desenho mágico que estabelecia a obtenção de um 'conhecimento concluído' e o ponto de partida do procedimento científico que se manifestará em toda sua amplitude com os enciclopedistas franceses do século XVIII.

Ora, o texto lido publicamente em Março de 1791 na inauguração, em Beja, do Museu Cenaculano Pacense, é claramente tributário deste modelo, quando afirma: "No estudo das raridades dos engenhos não se consideram os metais e pedras nuas, mas ilustradas com várias figuras, emblemas, símbolos, tipos, inscrições com o que a acerção do estudo anda sempre unida. Nada há mais agradável do que ver os retratos dos antigos heróis, contemplar enigmas, conhecer trofeus, ver as façanhas e louvores

³⁹ [Frei José de São Lourenço do Valle], *Oração do Museo dita a 15 de Março de 1791*, Biblioteca Pública de Évora, Manizola, Cód. 75, n.º 19

⁴⁰ Utilizamos a edição de texto integral, com o original em latim e tradução em italiano, da editora romana Tascabili Economici Newton, de 1995, com 'Introdução' e 'Nota biobibliográfica' de Massimo Baldini.

⁴¹ Cfr. Federico Ferrari, *Lo spazio critico. Note per una decostruzione dell'istituzione museale*, Roma, Luca Sossella Editore, 2004, p. 72.

deixados aos séculos. E de que nasce a utilidade de com esta lembrança excitar-se o desejo de imitar aqueles a quem o mundo deve honra e a posteridade veneração e a história o seu esplendor. Estes documentos tão respeitáveis são a testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da lembrança, mestra da prudência e correios da antiguidade que acendem luzes da História, e guiam para a exacta cronologia" ⁴².

2. O segundo caso a invocar representa, de alguma maneira, a realização do sonho de instrução universal de Campanella e inaugura uma etapa absolutamente nova nas instituições culturais do Ocidente ao abrir um espaço museal à curiosidade de um público não já apenas constituído por sábios. Em 21 de Maio de 1683, por ocasião da visita que o duque de York, o futuro rei de Inglaterra Jaime II, faz à Universidade de Oxford, é inaugurado com pompa e circunstância um novo edifício que ostenta no frontão uma tripla designação: *Museum Ashmoleanum Schola Naturalis Historiae, Officina Chimica*. Nascido da doação, anos antes, de uma vasta colecção de raridades naturais, de medalhas e de manuscritos de John Tradescant e de Elias Ashmole, o novo museu pretendia rivalizar através da 'lição das coisas' com a biblioteca universitária, fundada em 1602 por Thomas Bodley, e que compreendia também ela um rico gabinete de medalhas. No discurso de inauguração, o vice-chanceler afirmava que "o museu é uma nova biblioteca que pode conter as partes mais notáveis do grande livro da natureza, e rivalizar assim com a colecção bodleyana de manuscritos e de impressos"⁴³. O espaço ashmoliano, em tensão conceptual com a biblioteca, respondia bem ao projecto universitário de criação de um novo currículo, um curso de história natural experimental traçado a partir do programa de Francis Bacon, contando para tal com o forte apoio institucional da recém criada Royal Society (1660). A academia londrina representava por então, com o seu particular peso político-científico, a ortodoxia baconiana e eram seus membros quer o próprio doador - Elias Ashmole - quer o doutor Robert Plot, director do novo curso de *Philosophia Natural*, autor de uma *História Natural do Condado de Oxford*, e que foi o primeiro curador do museu. Largamente frequentado desde a sua origem (eram as entradas que permitiam remunerar tanto o

⁴² [Frei José de São Lourenço do Valle], *Oração do Museo dita a 15 de Março de 1791*, Biblioteca Pública de Évora, Manizola, Cód. 75, n.º 19

⁴³ Cit. in Roland Schaer, *L'invention des musées*, Paris, Galimard, 1996, p. 33. Importante documento é reproduzido, com cortes, nesta obra - "Statuts, Ordres & Règlements, pour l'Ashmolean Museum, à l'Université d'Oxford (Elias Ashmole, 21 de Junho de 1686)", pp. 114-115.

curador como o seu ajudante), atraiu sempre inúmeros viajantes estrangeiros, como erudito alemão Conrad von Uffenbach. O seu testemunho sobre a visita que efectuou tanto à Biblioteca, quanto ao Museu, deixa impressa a estupefacção pela presença de inúmeros utilizadores, não certamente apenas aristocratas ou sábios, num espaço não já de dimensão privada ou elitista: "*As pessoas mexem em tudo sem limites, à maneira dos ingleses (...). Até as mulheres são admitidas por 6 pence: elas precipitam-se para aqui e para ali, metendo a mão em tudo, sem qualquer reparo do guarda-ajudante. (...) É verdade que este 23 de Agosto era dia de mercado.*" ⁴⁴.

3. Na cultura europeia, a indagação das raízes do espírito coleccionista, bem como a narrativa do seu evoluir histórico, ainda que já presente em inúmeros textos de seiscentos, atingiu a plena maturidade nos inícios do século XVIII. As primeiras referências são oriundas da Alemanha e encontram a expressão mais acabada na obra do comerciante e coleccionador de Hamburgo, Caspar Friederich Neickel, publicada em Leipzig no ano de 1727 e intitulada *Museographia*.

Presente no título da obra, redigida em Latim, o conceito de *museum* apresentava-se como uma metáfora, de genealogia renascentista, que se adaptava bem às tendências enciclopedistas da cultura de seiscentos e de setecentos. De um ponto de vista filológico, a sua peculiar capacidade de expansão permitia-lhe condicionar a semântica e até incorporar outras numerosas categorias intelectuais e filosóficas como: *bibliotheca, thesaurus, cornucopia, studio, casino, cabinet/gabinetto, galleria, teatro, archivio, arca, scrittoio, pinacotheca* - terminologia rica e complexa, cuja análise sócio-linguística tem ajudado a entender aspectos expressivos da vida intelectual e cultural dos inícios da Idade Moderna europeia ⁴⁵.

Considerado o primeiro tratado metodológico de ordenação museográfica ⁴⁶, o livro de Neickel ostenta no frontispício uma gravura que ilustra o hermético gabinete do

⁴⁴ In Roland Schaer, *ob. cit.*, p. 34.

⁴⁵ Mas a constelação de termos podia assumir ainda outras formas como: *pandechion, gazophylacium, cimelachio, metalotheca, kunst und wunderkammer, kunstschrack, microcosmo, stanza, casa, guardaroba, studiolo, tribuna*, etc. Sobre a evolução etimológica de 'Museu', consulte-se Paula Findlen, "The museum: its classical etymology and renaissance genealogy", *Journal of the History of Collections*, nº 1, 1989, pp. 59-78.

⁴⁶ "É questo indubbiamente il primo testo della moderna scienza del museo, che aveva alla base del proprio ordinamento la classificazione scientifica per affinità di carattere." (Luisa Becherucci, *Lezioni di Museologia (1968-1980)*, Florença, UIA, 1995, p.58)

perfeito coleccionador de objectos e de livros e utiliza a maior parte do volumoso texto na descrição do interior deste secreto microcosmos idealizado, espaço privado e doméstico, no rasto de outros autores do mundo germânico como Joachin Von Saudrat (1679), Tobias Beutel (1671), Adam Olearius (1674), Hans Worm (1652) e Michael Bernhard Valentini (1704-1714).

Mas o proveito da obra não se esgota na sua utilidade didascálica e normativa, anexando também uma lista de gabinetes senhoriais e privados então conhecidos que funciona aqui como um precioso guia para o *Grand Tour* e para a 'epistolografia científica' ⁴⁷. Mas há ainda, no texto do coleccionador germânico, um outro motivo de peculiar interesse para a história da museologia. Inspirado por uma usual perspectiva teológica da História, Neickel remete a génese do espírito coleccionista para os tempos bíblicos fixando-a na recolha naturalista da Arca de Noé ⁴⁸, tal como poucos anos antes outro autor alemão, Valentini, a preferira identificar com a magnificência do rei Salomão ⁴⁹.

Deste modo se inaugurava, nos primeiros anos de setecentos, uma tradição intelectual que nunca mais abandonaria a história da cultura ocidental, sendo significativo que entre nós o Padre Rafael Bluteau, escrevendo em 1716, tenha seleccionado o vocábulo *Museo* (tornado assim linguisticamente normativo) associando-o ao exuberante coleccionismo do jesuíta alemão Athanasius Kircher (1602-1680) ⁵⁰: "Nos contornos do Monte Olimpo, na Macedónia, é um lugar consagrado às musas. (...) Museu era um lugar onde os antigos consultavam as musas e elas davam as respostas. Destes lugares chamados Museus deram o nome de Museu a todo o lugar

⁴⁷ Nesta linha de preocupações, referência obrigatória para a obra de Desallier d'Argenville, *La conchiologie*. Publicada pela primeira vez nos anos quarenta de setecentos, a 3ª edição, de 1780, foi adquirida e utilizada por Domingos Vandelli nas lições universitárias de Coimbra. Possui abundantes referências a colecções, gabinetes e museus portugueses ao tempo do rei D. João V.

⁴⁸ É possível que a ligação à 'colecção das criaturas de Deus' se inspire na influente *História Natural*, de Plínio, que associava a imagem do *museum* à Natureza, primitiva morada das Musas. O próprio A. Kircher tinha escrito em 1675 um livro intitulado *Arca Noe in tre libros digesta*.

⁴⁹ Michael Bernhard Valentini, médico, professor de ciências experimentais e de medicina em Gressen, autor da obra *O Museu das Musas ou o verdadeiro teatro completo de todos os materiais e de todos os objectos, compilados para os jovens estudiosos, para os materialistas, para os farmacêuticos e seus clientes, tal como para outros artistas como joalheiros, pintores, tintureiros e assim por diante e ilustrado com mais de cem elegantes calcografias*, 1º vol., 1704; 2º vol., 1714.

⁵⁰ Cfr. Athanasius Kircher. *Il museo del mondo. Machine. Esoterismo. Arte.*, (Actas do Congresso) Roma, Edizione de Luca, 2001.

destinado ao estudo das letras humanas, como também a casas de curiosidades científicas, como o Museu do Padre Atanasio Kircher (...)"⁵¹.

4. Quando, em 1750, o jovem Frei Manuel do Cenáculo se deslocou a Roma acompanhando D. Frei Joaquim de S. José, era Curador da Biblioteca Vaticana e Prefeito da Congregação do Index, uma figura eclesiástica cujo perfil intelectual - coleccionador de livros e de objectos, criador de espaços culturais públicos - coincide em boa parte com os traços biográficos do nosso prelado.

Coevo de Cenáculo, mas bastante mais velho, o Cardeal Angelo Maria Querini (Veneza, 1680-Brescia, 1755) ⁵², de formação beneditina, foi bispo de Brescia entre 1727 e 1755. Querini realizou inúmeras viagens educativas pela Europa (Alemanha, Países Baixos, Inglaterra e França), estabelecendo contacto com os homens de cultura mais importantes do seu tempo, ficando célebre a sua ligação ao Imperador Frederico II da Prússia com quem manteve um intenso epistolário relativo a questões religiosas. Esta sua ligação preferencial ao mundo de cultura germânica ficou ilustrada pela sua eleição como membro das academias das ciências de Viena de Áustria (1747) e de Berlim (1748). Mandou construir, entre 1747 e 1750, uma Biblioteca com um vasto acervo de espécimes bibliográficos em parte trazidos da Biblioteca do Vaticano, a quem os tinha anteriormente oferecido. Situada em imponente edifício junto à Sé da sua cidade e possuidora de uma importante colecção de medalhas e de antiguidades clássicas, actualmente visitável no antigo Mosteiro beneditino de Santa Giulia, actual Museu da Cidade de Brescia. No mesmo ano da viagem de Cenáculo a Roma, 1750, doou-a à população da diocese bresciana - a actual Biblioteca Cívica Queriniana.

Uma pesquisa mais aturada à epistolografia cenaculana, bem como à sua biblioteca eborense, poderá vir a encontrar traços de uma directa influência do modelo de actuação do bispo Querini na sua formação intelectual.

⁵¹ *Vocabulario portuguez & latino*, Lisboa, (1712-1728), vol. V, 1716, p. 649.

⁵² Cfr. Catholic Encyclopedia - CD-Rom (consultável na Net)

A FUNDAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA

Francisco António Lourenço Vaz

Departamento de História e Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência

Universidade de Évora

Fvaz@uevora.pt

A biblioteca como espaço público, ou seja, como local frequentado por categorias sociais diversas e incluindo os grupos populares, é uma invenção do século das Luzes. A abertura de bibliotecas ao público, bem como a sua multiplicação, integra-se no contexto cultural de finais do século XVIII, marcado pelo acesso aos livros por um público cada vez mais ávido de leituras e de notícias, a ponto de se poder falar de uma revolução da leitura⁵³. Neste domínio D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, que ao longo da vida revelou um interesse indiscutível pelos livros e bibliotecas, constitui um paradigma do homem das Luzes preocupado em difundir o saber e as ciências pelo maior número dos seus concidadãos. Com efeito, o Arcebispo de Évora é um dos primeiros a deixar bem expresso que as bibliotecas só fazem sentido a partir do momento que os seus fundos bibliográficos sejam úteis e de fácil acesso para o público e, por isso, insurge-se contra aqueles que fecham ou aferrolham os livros, que os colecionam por mera curiosidade e os escondem do público, porque se todos tivessem usado desta avareza bibliófila, então as artes e ciências não teriam progredido. São estas ideias que deixou bem vincadas numa das suas primeiras obras, as *Disposições do Superior Provincial*, destinadas a dar instruções para reforma dos estudos da Terceira Ordem de S. Francisco:

Devo porém lembrar as Bibliotecas bem instruídas para encher-se o fim das Composições Literárias, qual é o servirem ao público. Se a sofreguidão avarenta, ou a curiosidade estúpida, retivesse o Manuscrito raro: Se a generosidade não convocasse os Curiosos a desfrutar os Tesouros da Sabedoria, expondo-os nos Livros difíceis de achar, ou pela sua raridade, ou pela impossibilidade dos que os desejam ter; se o partido das Letras, digo, deixasse de gozar desta espécie de protecção, não observaríamos estar tão adiantada a sua causa, e careceria de um adjutório, que lhe é essencial. Porém não somente admiramos esta

⁵³ - DARNTON 1994 e 2000; CHARTIER 1999, p. 289.

decoreção de Bibliotecas públicas no Palácio da Sabedoria. Inumeráveis particulares de todos os estados não deixam neste ponto que reclamar ao ouro a destinação para o bom uso. Quem pode ter o nome de erudito, carecendo deste estímulo, e deste auxílio para saber? Se há quem não frequente as bibliotecas, ou podendo, não as tenha bem instruídas, destes é que se diz, que repetem sem desculpa a infelicidade dos séculos atrasados⁵⁴.

Não se trata apenas de um mero bibliófilo ou coleccionador, preocupado em aumentar continuamente o seu espólio, esta é sem dúvida uma faceta importante, mas, como filho de um século ilustrado e racionalista, Cenáculo defende a difusão da luz da ciência de modo a melhorar a vida dos homens, ou a promover a « felicidade pública». Ora os repositórios do saber e da ciência são os livros, é neles que se depositam os progressos em todos os domínios e com a sua leitura podem os homens instruir-se. Pelo que há, também aqui, e como está documentado na citação transcrita, um bom e mau uso dos livros: os que os aferrolham, usam-nos mal, são como o avaro que amontoa riquezas impedindo a sua aplicação produtiva. O bom uso dos livros passa pela colecção, mas também pela abertura de bibliotecas ao público leitor.

Estas ideias, além de se fundamentarem na consulta de bibliografia actualizada, como o *Galois Traité des plus belles Bibliothèques de l'Europe*, tiveram também como fundamento a viagem que em companhia de seu mestre, Frei Joaquim de S. José, fez a Roma no ano de 1750, como testemunha: « As famosas Bibliotecas, que se presentearam à nossa curiosidade nas Cidades eruditas da nossa passagem, levantavam milhares de ideias, que se começaram a produzir, e como o tempo ia permitindo. Dava-se lugar, entre livros que pouco mais se haveriam de ler, a obras de novo gosto»⁵⁵.

1- Os primeiros anos da Biblioteca e os Estatutos

As ideias que nortearam D. Frei Manuel do Cenáculo para fundar uma Biblioteca Pública em Évora eram as que desde há muito vinha defendendo: a utilidade da instrução do clero e dos restantes diocesanos e a necessidade da biblioteca para alcançar esse fim, dando continuidade e forma ao projecto do seu antecessor. É de

⁵⁴ - VILLAS BOAS 1790, p. 49-50. Nas citações actualizamos a ortografia, mantendo os originais apenas nos títulos das obras.

⁵⁵ - VILLAS BOAS 1795, p. 200.

elementar justiça dizer que o primeiro impulso para criar a biblioteca partiu do antecessor arcebispo de Évora, D. Frei Xavier Botelho de Lima, que em 1796 alcançou bula pontifícia e beneplácito régio, e doou a sua valiosa colecção à Livraria⁵⁶. É natural que Cenáculo estivesse a par desta iniciativa, pois em 1797 foi ele que substituiu o arcebispo metropolitano na sagração do Convento da Serra de Ossa e estanciou mesmo no paço episcopal eborense, onde teve um excelente acolhimento por parte de D. Xavier Botelho de Lima⁵⁷.

Para Frei Manuel, a Biblioteca de Évora surge como corolário de toda uma vida em que a colecção e aquisição de livros, raridades, obras de arte e peças naturais foi uma constante, tendo sempre em vista criar bibliotecas e museus para instruir o maior número possível de pessoas, através da leitura e da observação de obras de arte ou da natureza. A criação de uma biblioteca pública era, portanto, o ponto mais alto de toda a sua actividade e gosto pelas colecções, tanto mais que vinha dotar a cidade de Évora, com uma instituição onde queria reunir o que considerava importante para o progresso do saber.

O Diário de Frei Manuel do Cenáculo dá conta que a fundação da Biblioteca começou com grande entusiasmo, logo no ano de 1803, quando chegou a Évora⁵⁸. Para a biblioteca escolheu a ala ocidental do palácio episcopal, que tinha sido destinada por um dos seus antecessores para Colégio dos Meninos do Coro da Sé e que estava ligado por um passadiço ao resto do edifício, onde instalou o Museu e Galeria de Pinturas, que posteriormente seria o Museu Regional⁵⁹. Para esse efeito procedeu-se a obras no conjunto arquitectónico que terão rondado os 6.800.000 réis⁶⁰.

Nesta primeira fase ordenou o desmembramento dos quartos dos primitivos porcionistas e no seu âmago aparelhou uma vasta sala de leitura⁶¹. Sigamos os registos

⁵⁶ - BPE Cod. CX/2-18 1800?, fls. 50-58.

⁵⁷ - BPE, Cod. CXXIX/1-21 1794-1812, fl. 142-148.

⁵⁸ - Eleito arcebispo em 6 de Março de 1802, Cenáculo tomou posse do cargo em 11 de Novembro de 1803. Cf. BPE, Cod. CXXIX/1-21 1794-1812, fl. 45-46.

⁵⁹ - ESPANCA 1981-1982, p. 194-196. O Museu, segundo MACHADO 1985, p. 34, ficaria também a dever a Frei Manuel do Cenáculo a sua fundação, pelo menos no que diz respeito à sua valiosa colecção de pintura. Por outro lado, Biblioteca e Museu ficariam deste modo ligados como se fossem dois gémeos siameses, o que correspondia às ideias que desde há muito defendia Frei Manuel do Cenáculo.

⁶⁰ - BPE, Cod. C/ 2-18, 1811-1839, fl. 1.

⁶¹ - Que ainda hoje serve de sala de leitura e foi melhorada pelo bibliotecário Augusto Filipe Simões. Nela se guardam 15.000 volumes. Cf. ESPANCA, ob. cit. p. 195.

que o arcebispo fez sobre o andamento das obras. Em 7 de Dezembro de 1804 escrevia: « Fui levar o painel do Senhor entre os doutores no templo e colocado na frontaria da Biblioteca, por ser orago da casa e museu»⁶².

Com o ano de 1805 os trabalhos prosseguiram com a preparação das estantes⁶³ e em 6 de Março, dia de aniversário da nomeação para Bispo de Beja abriram-se os primeiros caixotes de livros⁶⁴. No dia 19 desse mesmo mês, assentou-se por cima da porta da livraria o painel de Nossa Senhora⁶⁵. Em 25 de Março, Cenáculo, acompanhado pelo Vigário Geral, capelães e parentes, foi pôr o primeiro livro nas estantes da sua livraria, que, de acordo com o seu testemunho, foi o primeiro tomo da Bíblia poliglota de Ximenes⁶⁶. Ainda no ano de 1805, o Arcebispo ordenou as obras para preparar uma « Segunda Casa», certamente destinada aos Gabinetes para acolher a sua vastíssima colecção de produtos naturais e peças arqueológicas. Iniciadas pelo mestre Lourenço Saraiva em Julho e com as quais despenderia a avultada soma de 3.479.260 réis⁶⁷.

O sucesso era aparente, pois tudo leva a crer que, além das obras feitas, entre 1805 e 1808, pouco ou nada se avançou. A desorganização era grande, a maioria dos

⁶² - Túlio Espanca, que também cita esta passagem, explica que dois retábulos estiveram no topo norte da Sala de Leitura, no local onde hoje se encontra o retrato do Fundador, pintado por Isaiás Newton em 1872, e reproduzindo o original da galeria da Sé. O primeiro era a Disputa e mais tarde, depois de 1808, Cenáculo mandou colocar o segundo, um painel representando a Transfiguração do Senhor, como lembrança do saque de Évora .

⁶³ - « Na Sexta Feira 8 de Fevereiro dia de S. João da Mata se assentou a última estante da nova Livraria». VILLAS BOAS 1805, in BPE, Cod. CXXIX/1-21, fl. 56v.

⁶⁴ - « Na Quarta Feira seis de Março dia de santa Colecta, e aniversário de Bispo de Beja, e Arcebispo de Évora fui abrir em a nova Livraria os primeiros Caixotes dos livros que vieram de Beja para ela». *Idem, ibidem*.

⁶⁵ -« ... cópia do original de Trevisani, mestre de Francisco Vieira português antigo, a qual cópia é feita pela Princesa D. Maria Benedicta, viúva do meu príncipe D. José, a qual ela deu a sua mãe a rainha D. Mariana Vitória, mulher del rei D. José, e por morte deste Senhor mo deu a mim em 1790 quando voltei para Beja». VILLAS BOAS, 1805, ob. cit. fl.56.

⁶⁶ - Ter-se-á então procedido à colocação dos livros nas estantes, tal como refere: « Mandei abrir um caixote e o primeiro livro que deparei foi a Évora Gloriosa, o que me pareceu coisa de reflectir», VILLAS BOAS, 1805, fl. 57. A obra de Ximenes é a *Biblia Veteris, et Novi Testamenti, Hebraico, Graeco, et Latino Idiomate*: D. Francisco Ximenes, Compluti, 1517: vol. 6 fólíio. Cf. BPE Cod. C/2-10, 1813 , fol. 1.

⁶⁷ - Cod. C/2-11 1805, fls. 17-20. Trata-se de despesas com pedreiros, carpinteiros e lançadas, dia a dia, no livro do responsável pela obras. Pensamos tratar-se do museu, pois como testemunhará em 1814 o Juiz do Inventário do arcebispo, a Livraria tinha só uma vastíssima sala. Cf. BPE, Cod. C/2-18 1814, fl. 7.

livros permanecia em caixotes e bancas e à espera de melhores dias para fazer um catálogo sistemático. Mesmo assim a nova instituição recebeu em 1806 a visita do Príncipe Regente, D. João VI, acompanhado de Dona Carlota Joaquina e do herdeiro da coroa . Cenáculo deixou testemunho dessa visita no Diário:

Na Terça feira 22 chegou o Príncipe a esta Porta da Sé pela uma hora, onde eu o esperava com o Cabido(...). Na Quarta feira fui mostrar-lhe a Livraria, e depois à Princesa, que gostaram e festejaram, e pelas dez horas foi o príncipe, e depois a princesa à igreja de S. Francisco, e dali continuaram a jornada por Montemor até as Vendas Novas e na Quinta foram dormir a Queluz⁶⁸.

Os fundos bibliográficos eram, nesta primeira fase, provenientes dos livros deixados pelo arcebispo anterior, D. Frei Joaquim Xavier Botelho de Lima⁶⁹, e pelos muitos milhares que o próprio Cenáculo trouxera de Beja que, de acordo com o inventário feito após a sua morte, em 1814, seriam 50.000 volumes⁷⁰.

Sobre os livros que Cenáculo trouxe de Beja, encontramos uma referência no diário, de que vieram em muitos caixotes a partir do início do ano de 1805⁷¹, mas não sabemos o número exacto desse espólio. Contudo, temos o testemunho do próprio Cenáculo, sobre os livros que lhe restavam depois das muitas doações. Com efeito, escreveu ao Príncipe Regente nessa altura, para o sensibilizar para apoiar o fundação da Biblioteca de Évora:

Depois das distribuições, que fiz, *ainda terei quarenta mil volumes, além de curiosidades Literárias*, de que farei doação a esta Igreja, ao que acrescentarei o que Deus ainda permitir que eu possa adquirir para que se formem almas dignas deste nome, em quanto maior número ser possa, e se dêem a ver, e gozar com utilidade e esplendor, dignos da Sabedoria que nos criou⁷².

⁶⁸ - BPE, Cod. CXXIX/1-21 1794-1808, fl. 60.

⁶⁹- Segundo RIBEIRO 1914, p. 51, esse núcleo rondava dois mil volumes. ESPANCA 1981-1982, p. 215, diz que esse número era de 2.314; número de volumes que se confirma com o catálogo existente no espólio do arcebispo Xavier de Lima: cf. BPE Cod. CX/2-18 1800? fls. 50-58.

⁷⁰ - BPE, Cod. C/ 2-18, 1811-1839, fls. 7 –10v.

⁷¹ - Cf. BPE, Cod. CXXIX/1-21, fl. 56v.

⁷² - BPE, Cod.CXXVIII/2-11 sd, fls. 173, sublinhado nosso. Embora autografa a carta é uma cópia ou primeira versão da carta enviada, e deve ter sido redigida por volta de 1804-1805.

É também sabido que o espólio de Frei Manuel do Cenáculo não se limitava aos livros e que a Biblioteca de Évora recebeu também o que lhe restava do monetário e dos produtos naturais. Relativamente ao monetário o próprio arcebispo deixou um inventário que atesta a importância e valor deste património. Com efeito, encontramos no seu Diário um memorando intitulado: *Aquisições Para novo monetario depois que mandei o meo antigo para a Biblioteca Publica no inicio deste anno de noventa e oito*. Trata-se de um registo das moedas que entretanto reuniu até 31 de Agosto de 1801⁷³. No quadro seguinte resumimos o monetário que Cenáculo tinha e que deixou a Biblioteca de Évora:

QUADRO I – Monetário de Frei Manuel do Cenáculo em 1801

ESPÉCIMENS	OURO	PRATA	COBRE	BRONZE	TOTAIS
Moedas	57	483	2424	3	2967
Medalhões	2	20	-	-	22
Anéis	2	3	-	-	5
Colares	1	-	-	-	1
TOTAIS	62	506	2424	3	2995

(Fonte: BPE, cod. CXXIX/1-21, fl. 219)

O memorando permite, além da quantidade, discriminar a proveniência e qualidade do monetário. Por exemplo, as 57 moedas de ouro distribuam-se assim: 46 godas, 3 portuguesas (D. Sancho I, D. Afonso IV e D. João III esta uma S. Vicente), uma romana (Nero e Agripina), três moedas moiras e 4 sem indicação. As medalhas eram a da Academia de Ciências de Lisboa e a medalha equestre de D. José I; além do colar, os dois anéis um tinha gravação « em pedra fina» e o outro era um anel com cadeia.

A invasão e o saque de que foi alvo a cidade, pelos franceses em 1808, bem como a prisão do Arcebispo pela Junta Revolucionária de Beja, atrasaram todo o processo e a perda de parte do valioso espólio, não apenas de muitos livros, mas também, do rico monetário e das valiosas colecções de produtos naturais. Com efeito, o próprio Cenáculo deixou testemunho elucidativo sobre o vandalismo dos invasores, que

⁷³ - BPE, Cod. CXXIX/1-21 1794-1812, fl. 219. O subtítulo da lista é também elucidativo sobre a proveniência destas moedas e medalhas: «Aos restos que achei em a confusão da Casa: Da boa porção que me enviou, e trouxe D. Manuel de Vilhena, e de outros do Minho, Algarve, Alentejo; e da província se compõe a nossa colecção neste dia sete de Agosto deste mesmo ano de noventa e oito das seguintes».

fizeram do paço episcopal o quartel general durante o fatal triudo, de 29, 30 e 31 de Julho, que afectou a cidade e as suas gentes. Os invasores ficaram estupefactos com a quantidade de livros, e também de certo modo revoltados, pois pretendiam dinheiro e, como não o encontraram, terão descarregado a sua fúria nos livros e na valiosa colecção de produtos naturais, rasgando uns e partindo outros. As palavras do Arcebispo dispensam a imagem para nos apercebermos do vandalismo praticado pelos invasores:

... não ficou quase nada das prata de que o meu antecessor se tinha provido; fiquei sem anel episcopal, todo o copioso monetário, que a tanto custo tinha juntado para deixar com a grande livraria que tenho edificado, a qual por si só dá tanto a ver a grande despesa que tenho feito para instrução do clero e fiéis deste rebanho, que um dos oficiais de grande patente, Mr. Pillet disse ao vê-la: *eis aqui porque o arcebispo não tem dinheiro; pois o tem gastado nisto* – Tudo quanto era ouro e prata foi saqueado, como também rasgados os livros e feitos em pedaços os manuscritos, quebrando as mais pequenas e delicadas peças do museu natural e artificial, unicamente para levarem alguns pequenos remates de prata e oiro, fazendo em pedaços imagens de Cristo e Santos, em fim reduzindo tudo a um estado de fazer lástima ainda a quem não é curioso⁷⁴.

Apesar deste revés, e também dos anos que naturalmente já pesavam, Frei Manuel do Cenáculo não desistiu e retomou o seu projecto, logo depois de terminadas as invasões. Nesse sentido tinha já requerido, ao Núncio Apostólico no Rio de Janeiro a aplicação de 1.200.000 réis anuais, tirados das rendas da Mitra e da Fábrica da Sé, para estabelecimento e dotação da Livraria o que lhe foi concedido por despacho real datado de 1807 e confirmado por breve datada de 12 de Dezembro de 1810. Neste mesmo ano, contudo, em portaria assinada pelo Arcebispo em 10 de Outubro, determinava que a quantia se limitava a importância de 500.000 réis, «atendendo ao estado a que a hostil invasão tinha reduzido a Mitra e Fábrica»⁷⁵.

Os estatutos da Biblioteca saíram em 21 de Setembro de 1811 e com eles fez doação perpétua da biblioteca à Igreja Metropolitana de Évora, com a obrigação de ser pública e de a conservar com as verbas provenientes da Mitra e da Fábrica. Isso mesmo foi invocado no preâmbulo dos Estatutos de forma inequívoca, entendendo tal projecto como uma obrigação da sua pastoral:

⁷⁴ - VILLAS BOAS 1887, p. 15.

⁷⁵ - BPE, Cod. C/ 2-18 1811-1839, fl. 8.

... temos empregado uma grande parte dos nossos cuidados em fazer uma Colecção de Livros a mais copiosa, que nos tem sido possível, à custa de cansadas diligências e grandes despesas, abençoando-nos a Divina Providência tão favoravelmente, que depois de termos concorrido para a Livraria Pública da nação com porções numerosas de Livros, Manuscritos, e impressos das mais antigas edições, e da primeira raridade, como também com muitas peças próprias do Museu de uma Corte; e depois de termos deixado na nossa primeira Diocese de Beja uma Biblioteca completa e proporcionada para se cultivarem os Estudos Eclesiásticos, que deixamos fundada, ainda nos recolhemos a esta nossa Amada Diocese com grande número de mil volumes e Manuscritos, e Impressos, alguns os mais raros, e pode ser que até únicos, e singulares, acompanhados de uma grande cópia de pinturas (...); como também acompanhadas de muitas raridades históricas artificiais, e naturais, que muito ajudam a instrução⁷⁶.

A exigência de que a biblioteca servisse o público ficou bem expressa no artigo oitavo, onde se determinava que quatro vezes por semana, nas manhãs de Terça e Sábado e nas tardes de Segunda e Quinta, a biblioteca estaria aberta para os leitores, que deviam ser tratados com « agrado e bom acolhimento, e franqueza», pelos oficiais e restantes empregados.

Com os Estatutos designou o pessoal para o governo do estabelecimento⁷⁷:

Quadro II - Pessoal da Biblioteca Pública de Évora (1811)

Cargo	Nomes	Observações
Perfeito	Dr. António José de Oliveira	Coadjutor de Cenáculo, Bispo de anel e de Eucarpia
Vice-Perfeito	Fr. José Constâncio Lopes da Cruz	Definidor da Ordem Franciscana
1º Bibliotecário	P. José da Conceição	Religioso de Santo Agostinho
2º Bibliotecário	P. António Estevão de Lima	Secretário de Cenáculo
Cartorário ⁷⁸	Dr. José Lopes Mira	Secretário do Santo Ofício.
Contínuo	José Castro Coelho Marques	Guarda Roupa de Cenáculo, que exerceu o cargo até à morte em 1864.

(Fontes: Estatutos 1811, Espanca 1989)

No ano de 1813 começou a ser ordenado o museu, pelo Bacharel Francisco da Paula Velez e no mesmo ano José da Estrela Marques, coadjuvado por José Constâncio Lopes da Cruz, começou a fazer o catálogo da livraria⁷⁹. A morte do Arcebispo trouxe

⁷⁶ - BPE, Cod. C/ 2-18, 1811, fol. 5., e ESPANCA 1981-1982, p. 206.

⁷⁷ - RIBEIRO1914, p. 22.

⁷⁸ - Era objectivo de Cenáculo anexar o cartório da Mitra à Biblioteca, o que na realidade nunca veio a acontecer.

⁷⁹ - BPE Cod. C/2-18, 1811, fl. 15.

um interregno nestes trabalhos. O inventário ao espólio do prelado, feito pelo Juiz José António de Leão, acrescenta dados relevantes sobre a biblioteca e museu. Assim, na nota que enviou, em 22 de Fevereiro de 1814, ao Governo da Regência, dá conta do estado caótico em que ainda se encontravam as duas instituições, mas também do valor das colecções reunidas:

A livraria, incluída apenas numa vastíssima sala com 72 Estantes de 11 ordens cada uma, que não podem conter grande número de Livros, que ainda estão em bancas, e caixotes fechados é avaliada (talvez sem excesso) em 50.000 volumes: além destas Estantes, e Caixões há mais 30 grandes armários, e 28 mais pequenos, recheados de manuscritos, e livros antigos impressos, obras proibidas, e sobretudo de pergaminhos da maior riqueza, raridade (...); mas de tanta preciosidade, nem há Catálogo, nem Inventário algum, e o mais é que uma admirável Livraria está colocada sem ordem ou sistema algum, nem mesmo tem a vantagem de se encontrarem juntas todas as Obras do mesmo Autor, e algumas vezes nem todos os tomos da mesma obra⁸⁰.

Mas o juiz do inventário fala também das hesitações dos prelados que deviam continuar a obra iniciada por Cenáculo: o novo Arcebispo, D. Frei Joaquim de Santa Clara e António José de Oliveira, Bispo e Vigário Capitular do Arcebispado de Évora. Este último fora nomeado, de acordo com os estatutos, primeiro bibliotecário, mas punha em dúvida a competência do inventário. A dúvida estava no facto de saber se a doação da Biblioteca à Igreja Metropolitana, se aplicava aos seus sucessores e consequentemente as obrigações que ela implicava: que a Biblioteca fosse pública, que manteria os ofícios e empregos determinados nos estatutos e que o seu Presidente seria o Arcebispo⁸¹. O zelo do juiz e a prova de que procurou uma solução para os diferendos surgidos ficam demonstrados com as suas propostas para se proceder à venda de livros, que estivessem repetidos, e que se arrendasse a propriedade de Valverde, através de um leilão público. Em resposta a Regência isentou de inventário a biblioteca e museu, pela grande confusão em que estavam sem catálogo e pelo tempo que demoraria o inventário, e encarregou o Bispo eleito e Vigário Capitular de fazer o catálogo. Determinou, também, que só se vendessem os livros que apresentassem sinais de corrupção⁸².

⁸⁰ - BPE, Cod. C/2-18, 1811, fl. 7-7v.

⁸¹ - « Que será pública em certos dias e horas da semana». *Idem.*, fl. 8v.

⁸² - Relativamente à venda de livros, indica 200 jogos de catecismos de Montpellier e

2- Fundos bibliográficos: O Catálogo da Escritura Santa

Tentemos inventariar o número de volumes deixado por Cenáculo à Biblioteca Pública de Évora. Na citação acima transcrita, o arcebispo fala em « grande número de mil volumes e manuscritos, e impressos, alguns os mais raros, e pode ser que até únicos, e singulares», na carta ao Príncipe Regente indica 40.000 volumes. O juiz do inventário *post mortem* do Arcebispo, José António de Leão, avaliou a colecção de livros e manuscritos em 50.000 volumes. O mesmo número apontou Silvestre Ribeiro, incluindo nele os livros já existentes no paço episcopal⁸³. Contudo, segundo Túlio Espanca, o fundo original da Biblioteca era constituído por 25.000 volumes impressos e manuscritos, de sua doação particular, « e por mais 2.314 livros deixados no Paço pelo prelado antecessor D. Fr. Joaquim Botelho Lima»⁸⁴. Não nos diz, todavia, em que fonte se baseou para chegar a este número. Sistematizamos no quadro seguinte o numero de volumes, de acordo com cada um dos autores referidos.

Quadro III – Fundos bibliográficos iniciais da Biblioteca Pública de Évora

Autores	Doação de Cenáculo	Doação de Botelho Lima	Totais
RIBEIRO	48.000	2.000	50.000
ESPANCA	25.000	2.314	27.314
CENÁCULO	40.000	2.314	42.314
LEÃO	-	-	50.000

(Fontes: BPE, Cod. C/2-18, fl. 7 e Cod. CXXVIII/2-11, fl. 173 RIBEIRO1914, ESPANCA 1981)

Perante a diversidade dos números apontados, e atendendo a que estamos numa época em que a estatística, então designada Aritmética Política, estava a dar os primeiros passos, é muito difícil com os dados recolhidos e, sobretudo, porque não existe um catálogo sistemático dos fundos bibliográficos, chegar a um número exacto. Como mera hipótese de trabalho, pensamos que os números avançados por Cenáculo são os mais credíveis e que não contrariam o inventário *post-mortem*. Com efeito, na

muitas obras impressas de Cenáculo.

⁸³ - « ... uma colecção de bons cinquenta mil volumes, entrando em conta Livros da primeira raridade, e grande cópia de manuscritos singulares, e de grande preço; tudo aquisições suas, à excepção de dois mil tomos que achou no Palácio da Metrópole deixados pelo seu antecessor». RIBEIRO 1914, p. 22.

⁸⁴ - ESPANCA 1980-1981, p. 207.

carta ao Príncipe Cenáculo diz também que além dos que já possui conta adquirir ainda mais. Feitas as contas não é nenhum absurdo pensar que Frei Manuel tenha adquirido entre 1805 e 1814 mais 7.686 volumes, o que junto ao fundo legado por Botelho Lima perfaz os 50.000 volumes apontados pelo juiz do inventário. Também Filipe Simões ao referir-se ao tempo em que Cunha Rivara iniciou as suas funções de bibliotecário escreve: « Continha a biblioteca para cima de trinta mil volumes impressos, perto de dois mil códices manuscritos, livros iluminados, pinturas e outras obras de arte e da natureza, algumas de inestimável valor Apenas alguns livros estavam catalogados. Faltava classificar e catalogar os restantes, inventariar os manuscritos, ordenar as colecções»⁸⁵. Ora sabemos que, com os arcebispos que sucederam a Cenáculo, a biblioteca passou tempos conturbados e há testemunhos de saída de milhares de livros, como veremos de seguida, portanto também Augusto Simões corrobora números próximos aos do juiz do inventário. Uma coisa é indiscutível: a grande dimensão e valor do espólio deixado por Frei Manuel do Cenáculo.

O fundo doado por Xavier Botelho de Lima compõe-se de 2.314 volumes e temos um inventário que terá sido feito por altura da morte do arcebispo, pelo escrivão Miguel Remigio. De acordo com esta fonte, a livraria do arcebispo compunha-se de 691 obras, totalizando 2.314 volumes, sendo 28 manuscritos. Trata-se de um fundo valioso, quer na qualidade das obras quer na sua quantidade⁸⁶.

Na tentativa de trazer alguma luz à questão sobre os fundos bibliográficos iniciais, procuramos e encontramos um catálogo incompleto, que tudo leva a crer tratar-se do que foi iniciado em 1813 e intitulado: *Catalogo dos Livros pertencentes á Escripura Santa*⁸⁷. Nele se indicam os impressos; com menção do título, autor, local da edição, editora (nem sempre), número de volumes e o tamanho (fólio, 4, 8 e 12), 1.396 títulos de obras raras e antigas, séculos XV ao XIX, totalizando 2.423 volumes. A temática é religiosa: Bíblias, textos bíblicos, comentários, paráfrases e obras dos Padres da Igreja; tudo em diversas línguas, mas com nítido predomínio do latim, português e francês. Apesar de ser um inventário muito parcelar, permite-nos contudo comprovar a raridade e valor da colecção bibliográfica inicial. Com efeito, desde bíblias políglotas, em latim hebraico, caldeu e árabe, até versões da *vulgata*, ou

⁸⁵ - SIMÕES 1888, p. 93.

⁸⁶ - Contamos em próximo trabalho fazer uma análise pormenorizada deste fundo.

⁸⁷ - BPE COD. C/2-10, fl. 53. Uma das obras que se indica permite-nos chegar a essa data. Trata-se de um texto de Acursio das Neves: *Parafrase ao cap. 14 do Livro de Isaías*, Lisboa, 1809, v.1, 4º. Cf. fl. 49.

traduções bíblicas em espanhol, português, etíope, inglês e alemão (esta uma tradução de Martinho Lutero), tudo está aí indicado e de algum modo a comprovar o grande interesse que Frei Manuel do Cenáculo tinha pelo Texto Sagrado. Para uma melhor percepção, da raridade e dimensão desta colecção, resumimos no quadro que se segue apenas as obras referente a uma das classes, mencionadas no catálogo, precisamente a das Bíblias e versões bíblicas.

Quadro IV – Catálogo da Escritura Santa: Bíblias e Versões Bíblicas

Bíblias e Versões	Títulos	Anos	Línguas	vols.	Formato
Políglotas	5	1517-1657	Hebraico,grego latim, caldeu, árabe, siríaco	33	Fólio
Bíblias Hebraicas	13	1533-1784	Hebraico	31	Fólio
Versões Gregas	6	1587-1798	Grego	14	Fólio,4,8
Versões Latinas	37	1470-1785	Latim	59	Fólio,4,8, 12
Versões francesas	1	1753	Francês	8	8
Versões Italianas, Espanholas e Portuguesas	4	1569-1748	Italiano, castelhano, português	8	4 e 8
Versões alemãs, inglesas e etíope	3	1679-1710	Alemão, inglês etíope	3	Fólio, 8 e 4
Livros vários do Velho Testamento em línguas diferentes	47	1478-1780	Latim, português, francês	57	Fólio,4.8
Textos do Novo Testamento, e de seus livros	11	1539-1786	Latim	11	Fólio,4,8, 12
Versões do Novo Testamento, e de seus livros separadamente e em diferentes Línguas	41	1505-1805	Latim, português, italiano, francês, espanhol	45	Fólio, 4, 8,12
Harmonia, e Concórdia dos Evangelhos	13	1566-1738	Latim	14	Fólio,4,8
Livros Apócrifos	1	1713	Latim	4	8
Concordância da Escritura Santa	10	1496-1775	Latim	15	Fólio,4,
Historias abreviadas, e Figuras da Bíblia em geral	18	1486-1791	Latim, português, francês.	29	Fólio, 4, 8
Histórias, e figuras relativas a algumas partes da Bíblia	37	1495-1788	Latim, português, francês, italiano, espanhol.	45	Fólio, 4, 8.
Intérpretes Judeus da Escritura Santa	7	1455 -1632	Latim, espanhol,	7	Fólio, 4,8
Intérpretes Cristãos: Comentários Gerais à Bíblia	53	1482, 1504-1793	Latim, português , espanhol, francês	319	Fólio, 4,8
Intérpretes dos Livros separados do Velho Testamento	47	1527, 1787	Latim, francês	67	Fólio, 4, 8
Total	354			769	

(Fonte BPE, Cod. C/2-10 1813, fl. 102)

As Bíblias políglotas eram naturalmente as mais valiosas, autênticos tesouros da bibliofilia europeia, e como se constata pela correspondência, dirigida a D. Frei Manuel do Cenáculo eram um dos seus interesses. Também entre os donativos feitos por Cenáculo a outras bibliotecas figuram alguns exemplares raros. Assim, António Ribeiro dos Santos escreve a agradecer-lhe as ofertas que fez a Real Biblioteca da Corte em 1797-1798, e menciona o espanto que teve ao ver uma dessas Bíblias: « Que sobressalto de consolação, e de alegria foi o meu, quando vi pela primeira vez a rara Biblia Sixtina? Este livro de oiro só nos podia vir das mãos mil vezes benéficas, e preciosas de V. Ex.»⁸⁸. Do mesmo modo entre os donativos que deu a Biblioteca do Convento de Jesus, encontrava-se uma *Bíblia Moguntina*⁸⁹. Para vermos com mais pormenor estes autênticos tesouros resumimos no quadro que se segue as Bíblias Políglotas existentes em 1813 na Biblioteca de Évora:

Quadro V – Bíblias Políglotas (1813)

Título	Ano	Línguas	Vol.	Formato
Biblia Veteris, et Novi Testamenti ... D. Fr. Ximenes	1517	Hebreu, Grego e Latim	6	Fólio
Biblia Sacra ... Regis Philipe II	Antuérpia, 1569	Hebreu, Caldeu, Grego e Latim	8	Fólio
Biblia Guido Michael de Vay; Lutetia	Paris, 1645	Hebreu, Latim, Samaritano, Caldeu, Grego, Siriaco, Árabe.	10	Fólio
Biblia Poliglota, et lexicon Heptagloton, Brian Walton	Londres, 1657	Hebreu, Latim, Samaritano, Caldeu, Grego Siriaco, Árabe	8	Fólio
<i>Biblia Sacra Cum dupli traslatione, et Scholiis, Franc. Vatabli Salmanti</i>	1584	Latim, Grego	1	Fólio

(Fonte: BPE COD. C/2-10, fl. 1)

Certamente nem todas as obras do catálogo da Escritura Santa eram espólio de Frei Manuel do Cenáculo, mas temos também a certeza que outras lhe pertenciam. Quanto ao valor desta colecção, a título de exemplo refira-se que a Bíblia Políglota de Walton custou a D. Frei Manuel do Cenáculo 64.000 réis, em 1771⁹⁰.

⁸⁸ - SANTOS 1797, in BN, MS 160 n° 80-84, fl. 81. Sobre o papel de Ribeiro Santos na criação da Real Biblioteca da Corte ver PEREIRA 1989, p. 75.

⁸⁹ - VAZ 2003, p. 489.

⁹⁰ - BPE, Cod. CXXVIII/1-13 1768-1795, fl. 61.

Como conseguiu Cenáculo reunir tantos livros? Em primeiro lugar, como Presidente da Real Mesa Censória, participou activamente na transferência dos fundos bibliográficos das Casas dos Jesuítas para a biblioteca da Mesa. A sua participação está comprovada na historiografia e mesmo no testemunho dos contemporâneos⁹¹, que registam a decisão de recolher na Mesa Censória os livros das antigas livrarias das Casas da Companhia de Jesus. Por exemplo, os livros que se encontravam na Universidade de Évora, Colégio do Espírito Santo, como testemunha Bento Farinha, foram inventariados e enviados para a Mesa em 1775⁹². Com estes fundos não é de admirar como se aponta no decreto de D. José I de 2 de Outubro de 1775, que a Biblioteca da Mesa Censória tivesse 60.000 volumes⁹³.

Outros meios importantes foram a compra de exemplares e a oferta de milhares de obras. Na verdade encontramos na correspondência referência a diversas obras mencionadas neste catálogo. Os livros são uma constante na correspondência que lhe é dirigida, até porque alguns dos correspondentes são livreiros ou seus agentes, que lhe apresentam as suas ofertas. Mas além desses, poucos são os que não falam de livros. Com efeito, muitos agradecem-lhe obras enviadas, outros solicitam-lhe livros, outros oferecem-lhe os seus textos ou pedem-lhe orientações nas obras que querem publicar, ou pedem-lhe o patrocínio e intervenção para essa mesma publicação e muitos dedicam-lhe obras, quer em poesia quer em prosa. Na verdade as numerosas cartas que lhe foram dirigidas documentam uma intenso intercâmbio literário e só com elas ficamos a saber muito acerca dos gosto e interesses de leitura das nossas elites de finais do antigo regime.

Relativamente a compra de livros, Frei Manuel do Cenáculo tinha “conta aberta” nos principais livreiros franceses estabelecidos em Portugal. Um desses livreiros, Borel e Borel, casa de Jean François Borel e Joseph Augustin Borel, que em 1780 lhe enviam

⁹¹ - MARCADÉ 1978, p. 70, e DOMINGOS 1992, p. 139-142.

⁹² - «.. porque dando Sua Majestade à Mesa Censória os livros que tinham sido destes Padres, e vindo ordem ao juiz de Fora de Évora, D. José Maldonado para os remeter para Lisboa no ano de 1775, ele me rogou o quisesse ajudar à arrumação destes livros..», Bento Farinha, *História Literária da Cidade de Evora*, in VAZ 1996-1997, p. 447-492. Manuela DOMINGOS regista, a partir de 1774, avisos de chegada provenientes da Madeira, Açores, Faro, Portimão, Elvas, Vila Viçosa. O Bispo anota esta participação, com a particularidade de ela se ter efectuado logo a partir de 1772, com efeito de 21 de Março de 1772, Cenáculo propôs ao Marques de Pombal, que se vendessem os livros dobrados que fossem chegado das livrarias dos jesuítas, cfr. BPE, Cod. CXXVIII/2-16, doc. 2, fl. 2v.

⁹³ - DOMINGOS 1992, p. 149.

uma letra da dívida que o bispo de Beja contraíra em 1773 junto de Antoine Jean, um livreiro de Turim, a quem comprara a *Biblia de Aretin* e a *Bellum Papale*, obras raras que lhe tinham custado 100 libras, o equivalente a três moedas de ouro e um terço de moeda⁹⁴. Cenáculo não pagara essa despesa e desde 1776 devia a Borel e Borel 1.241.000 réis, dívida que se arrastou até 1792. Com efeito, só em 1778 mandou pagar 300.000 réis; em 1781 o livreiro francês acusava esse pagamento mais o de 30 moedas de ouro para pagar obras compradas ao livreiro de Turim (tratava-se naturalmente das já referidas e da obra *Decor Puellarum*) . O livreiro francês queixa-se que todas as contas com os livreiros de que eram intermediários tinham sido pagas, excepto a antiga dívida⁹⁵. E o que é mais espantoso é que nessa mesma carta testemunha que Cenáculo os informara que não tinha possibilidade de pagar essa dívida, ao ponto de lhe sugerir que era mais fácil devolver-lhe os livros comprados⁹⁶. Finalmente em carta datada de Abril de 1792, Borel e Borel, informa que a conta devida por Cenáculo é agora 354.749 réis mais 19.250 réis para pagar Bíblia Espanhola de Scio⁹⁷. Outro livreiro Francês, radicado em Lisboa e em cuja casa tinha conta aberta, era Claudio du Beux, e também nesta casa o bispo de Beja fez avultadas compras de livros, contraindo uma dívida de 1.590.870 réis, em 1779, dívida que se arrastou até 1796⁹⁸.

No estrangeiro, Cenáculo contou, entre outros, com Nicolau Pagliarini, livreiro em Roma ⁹⁹, Andrés de Sylva livreiro radicado em Bruxelas e descendente de portugueses de Montemor. Este último, em carta datada de 12 de Janeiro de 1779, oferece-lhe os seus serviços a melhores preços que os livreiros franceses estabelecidos em Portugal. Dá-lhe notícias sobre a venda de duas famosas bibliotecas de jesuítas, em Lovaina e Anvers, manda-lhe uma longa lista de obras que submete à apreciação de

⁹⁴ - GUSMÃO 1944-1948, vol. 1, p. 171.

⁹⁵ - Além de Antoine Jean, falam em Mr. Rey e Mr. Reycend. GUSMÃO, ob. cit. p. 173.

⁹⁶ - «... vous nou dites qu'il vous seroit plus facile de nous rendre des livres». Idem, p. 173.

⁹⁷ -Idem, p. 175.

⁹⁸ - GUSMÃO, ob. cit. p. 175-185.

⁹⁹ - Nicolau Pagliarini, além de encarregado das livrarias do Paço e do Real Colégio dos Nobres, desde 1768, era também o Director da recém criada Imprensa Régia . Cf. DOMINGOS ob. cit. , p. 142. A partir de 1771 que surgem registos de ordens de pagamentos em diversos documentos de Cenáculo: « apresentei o catálogo dos livros que Pagliarini remeteu a Biblioteca da Mesa Censória». Nestas compras, sobressai uma parte de uma livraria posta a venda a de D. José Miguel Pessanha. No catálogo completo destas compras, feitas através de Pagliarini, destacam-se as Bibliografias, Dicionários, Enciclopédias, e outras obras recentes.

Cenáculo¹⁰⁰. Essa lista de livros raros, que diz poder adquirir para o bispo, é dividida por 3 secções: a primeira constituída por obras de Políglotas, Hebreus e outras que possui no seu Gabinete e pode de imediato enviar. Na segunda, destaca as obra de História Natural, em latim ou francês, bem como outras sobre as artes e ciências¹⁰¹. Finalmente, na terceira, o que comprova o catálogo que apresentamos, indica as obras dos padres da igreja (Agostinho, Crisóstomo e Hipólito), o poliglota Walton¹⁰², Bíblias em Hebreu e Grego, a biblioteca hebraica de Wolphio e a gregas e latina de Fabricio, *Concilia Germanica* (10 volumes)¹⁰³ e *Acta Sanctorum*.

A correspondência de Nicolau Pagliarini, a D. Frei Manuel do Cenáculo, reúne um total de 164 cartas, algumas acompanhadas de relações de livros comprados e páginas de gazetas noticiosas. Por isso, as compras feitas através de Nicolau Pagliarini, entre 1768-1792 estão bem documentadas, quer em termos de preços, quer de datas. Trata-se de um vasto e importante acervo documental que compõem um códice existente na Biblioteca Pública de Évora¹⁰⁴. Com base nos 11 róis - ou relações, dado que os dois termos aparecem mencionados na correspondência - é possível contabilizar os quantitativos, referentes a estes 24 anos de compras, quer em preço quer no número de livros. Assim contabilizamos 1.256 títulos, 2946 volumes, que terão sido adquiridos por Cenáculo ao preço de 4.470.905 réis. As relações apresentam obras de luxo, como por exemplo, há três obras que ultrapassam os 100.000 réis: a editada por Jakob Gronovius (1645- 1716), intitulada *Thesaurus antiquitatum Graecorum* (1697-1702, 25 tomos, fol. 170.000 réis); Merinschy: *Thesaurus Linguarum Orientalum, cum onomafrio, et grammatica* (Viena, 1682, 5 tomos, fol. 150.000 réis) ; e *Auctores*

¹⁰⁰ - « Haviendo sabido el nombre de V. S. , su amor por las Ciéncias, e buen gusto en toda a Litteratura, me tomo la libertad de escribirle, y ofrecerie mis serviços...». GUSMÃO, ob. cit., p. 175.

¹⁰¹ - «.. todas as colecciones de la Academia de las Ciencias de Paris; la de las Incripciones; la Descripcion utilissima des Arts, et Metiers; todo en frances. Ata Lipsiensia en Latin, Transacciones phylosophycas en Ingles. Item todo libro de Historia Natural tanto en Latin como en frances como el Buffon, y outros muchos; Y para non mortificar a V. S., quanto libro util, y conocido entre las manos de los sabios, todo se hallara en estas ventas». *Idem, ibidem*.

¹⁰² - Cf. *Biblia Poliglota, et Lexicon Heptagloton. Briannus Walthon*, Londini, Roycroft, 1657, v. 8 f.; BPE, cod. C/2-10, fl. 1.

¹⁰³ - Cf. *Concilia Germanica ...*, Colonia, 1775, vols. 10. Ob. cit. fl. 34.

¹⁰⁴ - BPE COD. CXXVIII/1-13 1768-1795, fls. 397.

Classici ad usum Delphini, (Paris, 59 tomos, 4, 120.000 réis). Mas há muitas outras acima dos 20.000 réis¹⁰⁵.

Tomando como base a correspondência é possível dar o montante dispendido por Frei Manuel do Cenáculo para compra livros nestas três casas comerciais e, pelo menos no caso de Pagliarini, o número de obras e volumes. Resumimos no quadro seguinte esses montantes:

Quadro VI – Compras de D. Frei Manuel Cenáculo em Livres 1768-1796

Livreiro	Anos	Obras	Volumes	Preço (em réis)
Nicolau Pagliarini	1768-1792	1256	2946	4. 470. 905
Du Beux e Lagier	1771-1796	-	-	4. 204.037
Borel e Borel	1773-1792	-	-	1. 642. 908
TOTAIS	-	-	-	10. 317. 850

(Fontes: BPE COD. CXXVIII/1-13, GUSMÃO 1944-1948)

Mas D. Frei Manuel do Cenáculo comprava e recebia livros de muitos outros. Por exemplo, Fr. António Raimundo Pasqual¹⁰⁶, monge cisterciense, académico da Real Academia de História de Madrid. Neste caso foram as obras de Raimundio Lulio e pela correspondência ficamos a saber que as obras do sábio e alquimista espanhol foram sucessivamente pedidas pelo Bispo de Beja, desde 1751 e que Pasqual lhas fez chegar às mãos de forma sucessiva, até 1790¹⁰⁷. Também autores anónimos, homens de Estado e outros lhe enviaram as suas obras. Com efeito, Cenáculo tinha uma teia de relações que lhe permitia obter livros e notícias dos mais diversos pontos: os irmãos Moedanos mandam-lhe obras de Sevilha, Madrid e Granada; a revolucionária de Nápoles, Eleanora Fonseca Pimentel, envia-lhe os seus dramas e poesias, Gaetano Martinelli, dramaturgo italiano radicado em Lisboa, entre 1783-1798, envia-lhe os seus dramas, Gomes Freire de Andrade envia-lhe a sua dissertação, tal como fizeram tantos e tantos autores anónimos e figuras públicas.

¹⁰⁵ - Contamos em próximo trabalho analisar com pormenor a correspondência e relações de Nicolau Pagliarini.

¹⁰⁶ - GUSMÃO, cartas n.º 339 – 364, datadas Madrid e Maiorca 1751-1790. t. 1. p. 55-58.

¹⁰⁷ - Nesse ano comunica-lhe que seguiram em caixote as seguintes obras: *Vindiciae Lullianae*, *Descubrimiento de la Aguja nautica*, *Lactation Virginiae de S. Bernardo*.

Muitos pedem-lhe apoio e patrocínio para redacção e publicação de obras, nomeadamente professores régios, como Bento Farinha e Custódio José de Oliveira, mas mesmo muitos estrangeiros lhe pediram apoio neste sentido, como Herbert Hill, que lhe escreveu entre 1791-1801, pedindo ajuda para recolher manuscritos para a universidade de Oxford, tendo em vista a redacção de obra de William Conygham: *Designs of the Church and Royal Monastery of Batalha* e que no última carta recomenda o sobrinho, Mr. Southey, que vai em viagem de estudo pelo Alentejo e Algarve¹⁰⁸. Outro bom exemplo são as cartas de D. João Baptista Muñoz, (1785-1798, datadas de Sevilha e Madrid), que para desempenhar a comissão régia de escrever a *História da América*, recorreu a Frei Manuel do Cenáculo para ter acesso aos Arquivos da Torre do Tombo, bem como para ser autorizado pelo Tribunal da Mesa Censória para consultar os manuscritos que tinham sido dos jesuítas¹⁰⁹. Um dos pagamentos que os correspondentes faziam eram naturalmente os livros, que entretanto iam publicando, ou outros que ofereciam ao seu protector.

3 - A Biblioteca no tempo dos sucessores de Cenáculo:

A D. Frei Manuel do Cenáculo sucedeu, à frente do arcebispado, Frei Joaquim de Santa Clara (1816-1818) que, como se diz no Livro de Actas da Biblioteca Pública Eborense, pouco fez pela biblioteca, dele ficaram 52 livros¹¹⁰.

Seguiu-se Frei Patrício da Silva (1820-1825) que procedeu, em nota pastoral datada de 3-1-1821, a algumas alterações nos Estatutos, que consistiram na drástica redução do quadro de pessoal da instituição a um Bibliotecário mor, um Bibliotecário coadjutor (que devia ser também o cartorário) e um Fiel. Contudo nessa nota pastoral apenas nomeia o Bibliotecário, Frei José Constâncio da Cruz e o Fiel, deixando vago o lugar de coadjutor, que continuava a ser José de Castro. Fixou também os ordenados do Bibliotecário em 100.000 réis e o do fiel em 50.000, mandando pagar as dívidas da casa, nomeadamente dos ordenados em atraso, pelas rendas da Mitra. Segundo Cunha Rivara, a consignação anual determinada por Cenáculo, 500.000 réis da Fábrica e Mitra, nunca teve efeito¹¹¹. Frei José Constâncio ocupou o cargo de bibliotecário sozinho até 1825,

¹⁰⁸ - GUSMÃO 1944-1948, vol. 3, p. 51.

¹⁰⁹ - GUSMÃO, ob. cit. vol. 4, p. 194 e ss.

¹¹⁰ - ESPANCA, ob. cit., p. 216.

¹¹¹ - RIVARA 1845, cit. in ESPANCA 1981-1982, p.226.

ano em que passou a ser coadjuvado pelo cónego Joaquim Machado, que com a morte de Frei Constâncio passou a ser o bibliotecário interino.

Com Frei Fortunato de S. Boaventura (1832-1844), a Biblioteca entrou num dos seus períodos mais críticos. Com efeito, o novo arcebispo, nomeado pelo governo absolutista de D. Miguel, despediu o Bibliotecário e o contínuo, declarando que os lugares ficavam vagos e não voltariam a ser providos. O Bibliotecário Joaquim Machado, impugnou a decisão por contrariar os Estatutos e acompanhado pelo fiel recusou-se a entregar as chaves da Biblioteca. Contudo o Arcebispo mandou fazer outras chaves para uso pessoal e suspendeu o pagamento dos ordenados. Não contente com estes atropelos, levou consigo algumas “carradas de livros”, quando se transferiu para Estremoz, até que pela convenção de Évora Monte foi para o estrangeiro¹¹². A restauração do absolutismo não foi benéfica para a casa, a semelhança do que aconteceu com a instrução em geral¹¹³.

Com o ano de 1835, a Biblioteca Pública de Évora entrou num período de maior acalmia, porque os ordenados dos funcionários passaram a ser pagos pelo Tesouro Público. Mas foi sobretudo a partir de 1838 que a instituição entrou numa nova era com a nomeação do primeiro Bibliotecário civil, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, bacharel em Medicina e Professor de Filosofia no Liceu de Évora. Cunha Rivara manteve-se à frente dos destinos da biblioteca até 1855, ano em que foi nomeado secretário para o governo da Índia portuguesa. Durante estes dezassete anos, e como diz Filipe Simões, « trabalhou sempre com incansável zelo na conservação e aumento da biblioteca»¹¹⁴. Entre os trabalhos que desenvolveu, a bem da casa e para uso da posteridade, destaca-se o inventário e arrumação dos numerosos manuscritos, principiando o *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública de Évora*, que ainda hoje é uma referência obrigatória para a consulta de cimélios. Foi também Cunha Rivara que iniciou a integração dos livros impressos provenientes das Livrarias dos extintos conventos na biblioteca, mais de 5.000 volumes, deixando contudo muitos outros « dispersos por várias salas do antigo Colégio dos Jesuítas, e do Palácio Arquiepiscopal, e grande número deles a monte, por falta de estantes»¹¹⁵.

¹¹² - Mais uma vez ficamos sem saber a exacta dimensão deste “desvio” feito pelo Arcebispo Boaventura, que em vez de ser o principal guardião da casa, acabou por ser o seu ladrão.

¹¹³ - CARVALHO 1986, p.543.

¹¹⁴ - SIMÕES 1888,t.p. 233.

¹¹⁵ - RIBEIRO 1914, ob. cit. p. 54.

O Catálogo dos Manuscritos, é constituído por quatro volumes, publicados pela Imprensa Nacional, sendo o primeiro (1850) da exclusiva responsabilidade e autoria do bibliotecário Cunha Rivara, mas os três restantes (1868-1871), embora feitos com base em muitos dos seus apontamentos, tiveram como organizador Joaquim António de Sousa Telles de Matos, conhecido bibliófilo eborense, a quem o então bibliotecário encarregou da tarefa de concluir o catálogo iniciado por Cunha Rivara. Organizado por temas: Cousas da América e África (t.1), Literatura (t.2); História (t.3), Sciencias Artes e Poligrafia (t.4); o catálogo cedo se transformou numa referência obrigatória para os investigadores de diversos quadrantes.

Mas não foi apenas no domínio da salvaguarda das espécimes e sua catalogação que Cunha Rivara se distinguiu. Na verdade, era sua grande preocupação o espaço da biblioteca e, para o melhorar e aumentar, conseguiu ainda do Governo do Reino a construção de uma segunda sala, na ala setentrional do edifício, e que viria a receber o nome de Sala Nova, onde mandou arrumar mais de 8.000 volumes, obras provenientes do depósito geral.

Da leitura dos relatórios dos dois ilustres bibliotecários, Cunha Rivara e depois Luís Filipe Simões, anotamos, em primeiro lugar, uma reduzida preocupação em garantir uma das finalidades enunciadas pelo fundador: que a biblioteca fosse pública, para promover a instrução. Neste sentido parece-nos ter havido um retrocesso. A este facto talvez não sejam estranhas as dificuldades orçamentais da casa, pois como ambos realçam os 500.000 réis previstos e garantidos por Cenáculo para manutenção, e que deviam ser pagos pela Mitra e Fábrica da Sé, nunca chegaram aos cofres da Biblioteca. Há por isso por parte dos responsáveis grande preocupação para garantir os ordenados e tentar conservar o valioso espólio bibliográfico e de produtos naturais, peças arqueológicas e raridades. Mas aqui surge a segunda grande dificuldade, que consiste na falta de espaço. Por isso, o panorama que ambos testemunham é a grande confusão e caos que persistem. É notório que faltavam salas e estantes para arrumar os livros provenientes das extintas casas religiosas, que por isso estão espalhados nas salas do Colégio do Espírito Santo.

Façamos aqui um parêntesis para referir que a arrecadação dos fundos bibliográficos dos mosteiros e conventos não decorreu com a normalidade e transparência que se exigia, e foi a nosso ver, muito mais desastrosa que a transferência dos fundos dos colégios dos jesuítas para a Mesa Censória, orientada por Frei Manuel do Cenáculo. Escrevia Paula Velez, bibliotecário da Biblioteca Pública de Évora em

1837, e a propósito do extravio de pinturas e livros: « De mais, sendo público pela imprensa, que em Londres se vendem pinturas etc. dos conventos extintos de Portugal, de que serve tal indagação?»¹¹⁶. Segundo José Silvestre Ribeiro estavam arrumados em 1845, na Biblioteca Pública de Évora, mais de 5.000 livros, provenientes dos extintos conventos de eborenses. Mas as perdas devem ter sido muitas, não só em Évora como por todo o país como revela Paulo Barata.

Uma das razões que consideramos determinante, para a ineficácia e perdas ocorridas, reside no centralismo em que todo o processo assentou. Por um lado, já é muito discutível que o património mais valioso vá para as instituições culturais de Lisboa – onde como se sabe esses bens foram amontoados - e por outro o transporte e o acondicionamento de bens tão valiosos geram sempre dificuldade e custos acrescidos de última hora. Mas um dado estruturante do país era, e infelizmente continua a ser, a macrocefalia. Com efeito, desde a gloriosa época quinhentista que tudo corre para Lisboa, recursos humanos e materiais e como já escrevia um economista de finais do século XVIII, « quando todo o sangue vai para a cabeça, o mais provável é que o homem morra»¹¹⁷. Faltou à elite governamental visão para compreender que as gentes de Évora ou Bragança eram capazes de salvaguardar e garantir o valioso património dos conventos e casas religiosas, bastava tão somente que lhe dessem leis e autoridade para o fazer.

O outro grande problema de funcionamento da Biblioteca de Évora, durante o consulado de Cunha Rivara e também de Filipe Simões, resultava da dificuldade em cumprir outra das finalidades previstas pelo fundador, e que residia na ideia de constituir uma biblioteca-museu. Como comprovam os relatórios, a biblioteca continuava a ter uma sala, a «Sala do museu», onde se encontravam o monetário, as colecções de produtos naturais, peças arqueológicas, e como diz Cunha Rivara mais de 5.000 volumes dobrados. Esta sala continuava a existir em 1865 e estava em grande desordem e confusão, porque faltavam armários para arrumar as colecções de « objectos de História Natural e curiosidades»¹¹⁸. Portanto, o problema do espaço físico para colocação e conservação das espécimes era o principal obstáculo para um funcionamento normal.

¹¹⁶ - Cit. in BARATA 2003, p. 154.

¹¹⁷ - Frei José da Expectação, cit. in VAZ 2002, p. 217.

¹¹⁸ - « Tudo isto se acha em desordem e confusão, e não há meio de as fazer cessar». SIMÕES 1865, cit. in ESPANCA, ob. cit. p. 242.

O inventário que Cunha Rivara faz das «necessidades da casa» contém cinco itens: o primeiro e o segundo referem-se aos fundos bibliográficos, considerando urgente para garantir a afluência do público a compra de obras modernas, e que nesse sentido se possa despende a quantia anual de 150.000 réis. O terceiro refere-se a necessidade de aumentar o espaço, para acolher os fundos dos conventos, sugerindo a construção de mais salas nos terrenos dos Loios. O quarto, a contratação de um escriturário para ajudar o Bibliotecário na arrumação dos livros, continuação dos catálogos e a transladação de manuscritos deteriorados. No último item considera que se deve autorizar o Governo Civil e o Bibliotecário a venderem «os livros dobrados», para arranjar fundos para comprar obras modernas. Este elenco suscita-nos duas observações. A primeira é que a biblioteca como espaço público não constituía uma preocupação relevante para o zeloso Rivara, e a segunda que o seu conceito de livro nos parece enformado por uma perspectiva demasiado utilitarista, ou progressista. Ou seja, bons e úteis são os «livros modernos», porque atraem os leitores e ensinam as ciências, quanto aos velhos podem vender-se pois são um fardo, sobretudo quando repetidos¹¹⁹.

Os números relativos aos leitores da Biblioteca Pública de Évora, e que constam do *Anuário Estatístico de Portugal*, que iniciou a sua publicação em 1875, não são animadores e demonstram como aquela exigência do Fundador não foi tomada na devida consideração. Na verdade, os dados para o estudo das bibliotecas públicas existentes e do seu movimento de leitura, em 1892, colocavam a Biblioteca de Évora nos lugares do fundo da tabela (apenas 619 leitores), atrás de bibliotecas como a de Santarém (763), do Liceu de Angra do Heroísmo (1433), a Pública de Ponta Delgada (1802), Pública de Braga (1266); isto para não falar das grandes bibliotecas, com as quais podia ombrear em termos de fundos bibliográficos: a da Universidade de Coimbra, a Municipal de Lisboa, a Municipal do Porto e a Biblioteca Nacional¹²⁰.

4- Considerações Finais

A fundação da Biblioteca Pública de Évora constitui um bom exemplo da bibliofilia de Frei Manuel do Cenáculo. Apesar de ter decorrido em conjuntura política

¹¹⁹ - « Desta maneira se irão convertendo em suco e frutos de vida, os que aqui são ramos estéreis e mortos da árvore da ciência» Cunha RIVARA 1845, cit. in ESPANCA, ob. cit. p.231.

¹²⁰ - TORRAL e VARGUES 1998, p. 578 e ss.

marcada pela instabilidade e guerra, e por isso saqueada e vandalizada pelo exército francês em 1808, nela se reuniu o essencial da colecção do Arcebispo, que para nossa felicidade podemos utilizar. Trata-se efectivamente de uma acção verdadeiramente notável. Basta, por exemplo, comparar os números que já referimos com o de outras bibliotecas de prelados, ou mesmo de instituições. Neste último caso, e a título de exemplo, o Colégio dos Nobres, que tinha uma dotação financeira excepcional, possuía de acordo com o catálogo feito em 1829 uma biblioteca com 10.264 volumes. Se tomarmos como base fidedigna as palavras de Francisco Trigo¹²¹, quando diz que a colecção de livros de Frei Manuel do Cenáculo ultrapassava os 100.000 – o que nos parece ser objectivo e não pecar por excesso – , então isto significa que durante sessenta e nove anos esta instituição juntou apenas 1/10 dos livros, que o Arcebispo de Évora conseguiu reunir, e apenas 1/5 dos que deixou à Biblioteca Pública de Évora¹²².

Uma outra questão que se coloca, dada a dimensão que os números documentam, é a de saber onde foi o arcebispo de Évora buscar rendimentos para adquirir as suas colecções¹²³. Cingindo-nos apenas aos livros, além das numerosas ofertas e da orientação dos fundos bibliográficos provenientes das livrarias jesuíticas, não restam dúvidas que Cenáculo gastou rios de dinheiro com a aquisição de muitos exemplares e que se empenhou para esse fim. Com efeito, está permanente endividado, sobretudo, por causa das esmolos, dos gastos com a instrução, criação de escolas e seminário em Beja, mas também por causa das muitas compras que faz para a sua colecção de livros. Para obter dinheiro, um dos expedientes a que recorreu foi o arrendamento ao negociante da praça de Lisboa, Gaspar Pessoa Tavares, de todos os frutos e rendimentos do seu Bispado de Beja, durante quatro anos (1792-1796), por oito contos de réis em cada ano¹²⁴. Outro bom exemplo são as dívidas contraídas na casa de Francisco Palyarte, homem de negócio da praça de Lisboa, nos anos de 1783 e 1784. Tal como a correspondência documenta, Cenáculo levantou nesses anos a importância de 3.202.759 réis divididas em três prestações: uma primeira em Dezembro de 1783 de 1.055.658 réis, a segunda em Abril de 1784, de 1.609.972 réis e a terceira em Junho de 1784 de 1.077.129 réis. Ora essa dívida continuava sem qualquer pagamento passados

¹²¹ - MORATO 1815, p. 49. cf. VAZ 2002, p. 310.

¹²² - BNL, Cod. 7394, 1829.

¹²³ - O próprio Cenáculo avaliou a colecção em 300 mil cruzados, BPE, Cod. C/2-18, 1811, fl. 8v.

¹²⁴ - BPE, Cod. CXXX/2-19, 1771-1796, np.

vinte anos, em 1804, tal como o referido negociante aponta em carta, datada de 2 de Abril desse ano¹²⁵.

O outro expediente foi a aplicação do produto da décima eclesiástica. Como o comprovou a evolução dos acontecimentos, no dia 23 de Setembro de 1823, o Real Erário mandou sequestrar a Biblioteca e Museu de Évora, para tentar reaver a « dívida de 3.933.509 réis da décima eclesiástica, contraída no tempo do governo do Bispo de Beja»¹²⁶. Como se comprova para Frei Manuel, neste caso, os fins justificavam os meios. Para socorrer os pobres, e para instruir o clero e os diocesanos, tudo era legítimo, inclusive fugir ao fisco, porque o dinheiro que conseguisse juntar seria aplicado no combate à miséria e à ignorância; um investimento que, temos de o reconhecer, era efectivamente lucrativo e de progresso.

Entrando domínio da simbologia e da representação, na organização do espaço anotamos a coincidência de a sala de leitura se ordenar com 72 estantes, com onze prateleiras cada uma, números que nos remetem para os 72 discípulos, que Cristo enviou a pregar a boa-nova e para os onze que lhe permaneceram fiéis¹²⁷. Como o quadro que inicialmente foi colocado, no local onde hoje se encontra o do Fundador, foi o painel do Senhor entre os doutores, e no outro topo da sala o de Nossa Senhora, com o dístico *sed sapientia*, teríamos uma disposição toda ela remetendo para um espaço sagrado, o local da verdadeira sabedoria. Esta sabedoria que, de acordo com as ideias de Cenáculo, é a palavra de Deus, guardada no livro por excelência, a Bíblia e, que a seu modo todos os outros divulgam, seja abertamente, como as grandes obras de teologia dos Padres da Igreja, seja as obras dos filósofos modernos, porque também estes, põem a nu mais provas da existência de Deus. Consideramos, portanto, que a biblioteca e particularmente com a sala de leitura veicula uma imagem de verdadeiro local da sabedoria, um meio de aproximar o homem da verdade, ou seja de Deus.

Resta-nos perguntar se a magnífica biblioteca tem dado boa conta da valiosa

¹²⁵ - GUZMÃO, t. 2, p. 150 e ss.

¹²⁶ - BPE, Cod. C/ 2-18, 1811, fl. 17.

¹²⁷ - Referimo-nos à passagem do Evangelho de S. Lucas. CF. BÍBLIA 1995, LC. 10, 1-16. Apesar de esta ser ainda uma hipótese, a espera de mais dados que nos comprovem esta organização, não deixamos de a apresentar, tomando como referência os outros elementos apontados, que veiculam uma imagem de espaço sagrado. Por outro lado, temos insistido, em anteriores trabalhos, na importância que a leitura da Bíblia tinha para Frei Manuel do Cenáculo, como fonte de ensinamentos em todos os domínios, desde a pedagogia à Física.

herança e correspondido às finalidades apontadas pelo seu fundador. Sem pretendermos dar aqui uma resposta à questão, por exigir um estudo mais aprofundado, não resistimos a dar um exemplo que qualquer um dos leitores pode comprovar. Com efeito, se alguém quiser consultar uma obra do século XVIII, das muitas que existem na Biblioteca de Évora, tem de pesquisar num ficheiro, inserido em gavetas atafalhadas de fichas manuscritas, umas rasgadas, outras fora de ordem, e que só pelo seu sórdido aspecto são motivo para qualquer leigo desistir da pesquisa e se limitar a observar as lombadas dos valiosos livros das estantes. Não sabemos há quantos anos está em uso tal ficheiro, mas provavelmente há mais de cinquenta. Não sabemos também se a Biblioteca tem a exacta noção do número de volumes existentes, tudo leva a crer que não, e por isso estamos praticamente na mesma situação que o juiz do inventário *post mortem* de Frei Manuel do Cenáculo descreveu. Ou seja, a herança lá está mais ou menos enterrada e à espera que alguém acenda à luz para que todos possam usufruir dela.

Referências Bibliográficas

1- Manuscritos

Biblioteca Pública de Évora (BPE)

Cod. CX/2-18, *Cattalogo em forma de Inventario dos Livros q. o Emo, e Revmo. D. Joaquim X. Botelho de Lima Arcebispo Metropolitano de Evora deo na Instituição da Biblioteca Publica q. começou a formar no anno de 1796 com Bulla Pontificia de 30 de Agosto e Benepacito Regio de 27 de Outubro do mesmo anno*, sd (1802?) fls. 50-58.

Cod. CXXVIII/2-16, [Documentos relativos à Mesa Censória], sec. XVIII, 35 docs.

Cod. CXXVIII/2-5, *Relação*, 1768-1777, fls. 56- 63v.

Cod. CXXVIII/1-13 [Cartas de Nicolau Pagliarini a D. Frei Manuel do Cenáculo], 1768-1795, fls. 397.

Cod- CXXIX/1-21, 1794-1812, [Diário de D. Frei Manuel do Cenáculo], fls. 290.

Cod. CXXX/2-19, [Documentos respeitantes à diocese de Beja], 1771-1796, np.

Cod. C/2-10, *Catalogo da Escritura Santa*, sd. fls. 104.

Cod. C/ 2-18, [Documentos sobre a Biblioteca Pública de Évora 1811-1839], *Provizão*, 1811, fls. 5.

Cod. C/2-11, Doc. n.º 3, *Relação das dispezas pertencentes à ultima, ou Segunda casa da Livraria principiadas em Julho de 1805, e fielmente copiadas do Livro de Lembranças do Sr. Lourenço Saraiva exp. p. 71, fls. 17-20.*

Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL)

MS 160, n.º 80-84, *Cartas de António Ribeiro dos Santos a D. Frei Manuel do Cenáculo.*

Cod. 7394, *Catálogo da Livraria do Real Colégio dos Nobres, 1829.*

Cod. 8549, *Miscellanea histórica. Escrita por José Anastácio da Costa Sá, 1796-1800.*

2- Impressos

BARATA, Paulo J. S., *Os Livros e o Liberalismo*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2003.

Bíblia Sagrada, Lisboa, Difusora Bíblica, 1991.

CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CHARTIER, Roger, « Livres, Lecteurs, Lectures », *Le Monde des Lumières*, Paris: Aubier, 1999, p. 284-315.

DARNTON, Robert Darnton: *An Early Information Society*, 2000, in <http://www.indiana.edu/~ahr/darnton/texts/p03.html>.

DARNTON, Robert, « Historia de la lectura », *Formas de Hacer Historia*, ed. BURKE, Peter, Madrid, Alianza Editorial, 1994, (1ed. 1991).

DOMINGOS, Manuela, « Para a História da Biblioteca da Real Mesa Censória », *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, 27(1), 1992, pp. 137-158.

DOMINGOS, Manuela, *Livreiros de Setecentos*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2000.

ESPANCA, Túlio, « Subsídios para a História da Biblioteca Pública de Évora », *Revista a cidade de Évora*, 63-64 (1981-1982), pp. 193-267.

GUERREIRO, J. Alcântara, *Galeria dos Prelados de Évora: Évora*, Grafica Eborense, 1971.

GUSMÃO, Alexandre Nobre de, *Catálogo da Correspondência dirigida a D. Frei Manuel do Cenáculo*, Évora, 1944-1948.

MACHADO, José Alberto, *Um colecionador português do século das luzes*, Évora, Ciência e Vida, 1985.

MARCADÉ, Jacques, *Dom Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas. Évêque de Beja*,

Archevêque d'Evora (1770-1814), Paris, Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, 1978.

MORATO, Francisco Trigoso de Aragão, « Elogio Histórico de D. Frei Manuel do Cenáculo», *História e Memória da Academia Real das Ciências*, Lisboa, Typografia da Academia, 1815, pp. 63-120.

NORONHA; José Feliciano de Castilho Barreto, *Relatório Acerca da Bibliotheca Nacional de Lisboa*, Lisboa: Typografia Lusitana, 1844.

PEREIRA, José Esteves Pereira, *O pensamento político em Portugal no Século XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1989.

RIBEIRO, José Silvestre, *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarchia*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1871-1914 19 v.(19º v: *Apontamentos históricos sobre bibliotecas portuguesas, org. e antiloquiado por Alvaro Neves*, 1914.

RIVARA, Heliadoro da Cunha e MATOS, Joaquim António de Sousa Telles de, *Catalogo dos Manuscritos da Bibliotheca Publica Eborensis*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1850 -1871, 4 t.

SIMÕES, Augusto Filipe, *Escriptos Diversos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888.

TORGAL e VARGUES, « Produção e Reprodução Cultural», in MATTOSO, *História de Portugal. O Liberalismo*. Cord. de TORGAL, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço, Lisboa, Estampa, 1998.

VAZ, Francisco, « A cidade de Évora na vida e obra de Bento Farinha», *A Cidade de Évora*, 1996-1997, pp. 447-492.

VAZ, Francisco, «As Bibliotecas e os Livros na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo», *La Memória de Los Libros. Estudios sobre la historia del escrito y de la lectura en Europa y América*, pp. 483-498.

VAZ, Francisco, *Instrução e Economia. As ideias Económicas no discurso da Ilustração Portuguesa*, Lisboa, Colibri: 2002 .

VILLAS BOAS, Manuel do Cenáculo, *Disposições do Superior Provincial para observancia regular, e litteraria da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco destes reinos, feitos nos annos de mil setecentos e sessenta e nove e setenta*, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1790.

VILLAS BOAS, Manuel do Cenáculo, *Instrução Pastoral sobre os Estudos Fysicos do Clero*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1786.

VILLAS BOAS, Manuel do Cenáculo, *Memorias historicas e Appendix segundo Á*

disposição quarta da collecção das disposições do Superior Provincial para a observancia, e estudos da congregação da ordem Terceira de S. Francisco, Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1795.

VILLAS BOAS; Manuel do Cenáculo, *Cuidados Literários*, Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1791.

NOTAS BIOGRÁFICAS Dos AUTORES

José Esteves PEREIRA

Nasceu em 1944 em Viana do Castelo, licenciado e doutorado, em Filosofia, pela Universidade de Coimbra, actualmente professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, é um especialista da História das Ideias do período setecentista. Da sua obra é de realçar: *Silvestre Pinheiro e o pensamento económico liberal*, Lisboa, 1981; *A ideia de Natureza no século XVIII em Portugal*; e *O Pensamento Político em Portugal no século XVIII. António Ribeiro dos Santos*, Lisboa, 1983. Nesta última obra, embora o autor se tenha centrado nas ideias e na acção de António Ribeiro dos Santos, desenvolve aspectos nucleares do pensamento político em Portugal no tempo de D. José I e de D. Maria I. O estudo versa o tema do regalismo no século XVIII, as relações entre a Igreja e o Estado, as fundamentações juspolíticas do período de Pombal, bem como as que se seguiram, sendo particularmente notável a apresentação e a análise da polémica em torno do « Novo Código»; que opôs Ribeiro dos Santos e Melo Freire. Esta obra consagra as raras qualidades de um erudito a que se alia uma profunda capacidade criadora, que faz do seu autor um historiador brilhante e um investigador original. A sua formação filosófica é factor de enriquecimento da práxis histórica e permite-lhe uma personalidade multifacetada.

Manuela D. DOMINGOS

Assessora-Principal do quadro da Biblioteca Nacional, é Responsável pela *Área de Investigação em História do Livro e das Bibliotecas*, na mesma Instituição, onde chefiou a Divisão de Actividade Cultural e Científica (1997-2000).

Licenciada em Ciências da Informação pela Universidade de Navarra (Espanha) e em Ciências Humanas e Sociais (Economias, Sociedades e Civilizações – vertente histórica), pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Nesta Faculdade prestou Provas de Aptidão Científica e Capacidade Pedagógica, em Março de 1985, na área de Sociologia da Cultura. Durante alguns anos exerceu a docência e a investigação nas áreas da Sociologia da Informação e da Sociologia da Cultura.

Ingressou na Biblioteca Nacional, como Investigadora., por concurso público, em 1988. A partir de então tem-se dedicado de modo mais exclusivo à investigação nos domínios da História do Livro e das Bibliotecas, Sociologia de Leitura, etc., com projectos próprios e de grupo, tanto na Biblioteca Nacional como em ligação com outras instituições.

Tem divulgado os resultados da investigação desenvolvida em Congressos e Colóquios Nacionais e Internacionais, e em dezenas de publicações monográficas, obras colectivas e artigos de revistas especializadas.

Entre as suas publicações destacam-se: « A caminho da Real Biblioteca Pública: dois documentos (1775-1795)», *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, S.2, 5 (1) Jan.-Jun. 1990, p.139-160; «Para a história da Biblioteca da Real Mesa Censória», *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, S.2 ,7 (1) Jan.-Jun. 1992, p.137-158; «Biblioteca Nacional: crónica de 200 anos», in Maria Valentina C. A. Sul MENDES (coord.). *Tesouros da Biblioteca Nacional*. Lisboa: INAPA, 1992, p.1-27; «La primera Biblioteca Pública Portuguesa (1775-1795): planes, proyectos y primeros fondos». Barcelona: IFLA - Round Table on Library History (Open Session), Agosto, 1993 (Booklet; 7); «Olhares de viajantes estrangeiros sobre a Real Biblioteca Pública da Corte (1796-1822)», *Cadernos BAD*. Lisboa, 2, 1994, p. 105-113; *Subsídios para a História da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995, 158 p. (Estudos ; 1); *Estudos de Sociologia da Cultura: Livros e leitores do século XIX*. Lisboa: IPED, 1985 (Temas de Cultura Portuguesa; 10), 150 p.; *Livreiros de Setecentos*. Apres. Carlos Reis; Introd. Diogo Ramada Curto. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000, 232 p; *Estudos sobre História do Livro e da Leitura em Portugal (1995-2000)*. Coord. Manuela D. Domingos; Paula Gonçalves, Dulce Figueiredo. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002. 32 p.; CURTO, Diogo Ramada (coord.); GONÇALVES, Paula; FIGUEIREDO, Dulce; DOMINGOS, Manuela D.; FRANCO, Luís F. Farinha – *Bibliografia da História do Livro em Portugal, séc. XV-XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003, 216 p; e «Auteurs portugais du XVIII^e siècle en Europe: thèmes et stratégies de diffusion», *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*. Paris, vol. XLVII, 2004, p. 19 -71.

Francisco António Lourenço VAZ

Nasceu em Pinelo, concelho de Vimioso, em 1955. É Licenciado em História pela Universidade do Porto, Mestre em História Cultural e Política pela Universidade Nova de Lisboa, Doutor em História da Cultura Moderna e Contemporânea, pela Universidade de Évora. É Professor Auxiliar do Departamento de História da Universidade de Évora e Investigador do Centro de História e Filosofia da Ciência. Entre os trabalhos que publicou destacam-se: *As ideias pedagógicas em Portugal nos fins do século XVIII – Bento José de Sousa Farinha* (1992); *A difusão das ideias económicas de António Genovesi em Portugal* (1999); *Évora Lastimosa e outros textos sobre o saque de Évora pelos Franceses em 1808* (2002); *As bibliotecas e os livros na vida e obra de D. Frei Manuel do Cenáculo* (2003) e a tese de doutoramento intitulada: *Instrução e Economia as Ideias Económicas no Discurso da Ilustração Portuguesa (1746-1820)*, Lisboa, Colibri, 2002. Nesta última obra, o autor traça com pormenor a afirmação da Economia na transição do Antigo Regime para o Liberalismo e analisa as ideias e projectos de três dos nomes mais representativos do movimento das Luzes em Portugal: D. Frei Manuel do Cenáculo, Ricardo Raimundo Nogueira e José António de Sá.

João Carlos Pires BRIGOLA (Lisboa, 1955)

É Licenciado em História pela Universidade de Lisboa (1977), Mestre em História Cultural e Política pela Universidade Nova de Lisboa (1990) e Doutor em História pela Universidade de Évora (2001).

Professor do Departamento de História da Universidade de Évora desde 1991, tem leccionado matérias relacionadas com o Património Cultural e com a Museologia, sendo actualmente Director do Curso de Mestrado em Museologia. Investigador do Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência, tem colaborado em várias revistas da especialidade, nomeadamente: *Museologia - an international journal of museology*; *Patrimonia*; *Pedra & Cal*; *Museologia Scientifica* (Florença). O texto da sua dissertação de doutoramento, intitulado "*Colecções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII*", foi publicado pela FCT e pela Fundação Calouste Gulbenkian, tendo obtido

o Prémio de Melhor Investigação em Museologia do triénio 1999-2001, atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM).

José António CALIXTO

Bibliotecário, professor e investigador. É licenciado em História e pós-graduado em Ciências Documentais pela Universidade de Lisboa, e doutorado (PhD, Librarianship) pela Universidade de Sheffield com uma tese sobre “Os papéis educacionais das bibliotecas públicas em Portugal”.

Convidado pelo Ministério da Cultura, integrou a comissão interministerial que estudou e propôs o desenvolvimento de uma Rede de Bibliotecas Escolares em Portugal, em 1996.

Presentemente é director da Biblioteca Pública de Évora, depois de ter sido professor do Ensino Secundário em várias escolas do país e bibliotecário responsável pela Biblioteca Pública Municipal de Setúbal. É Professor Convidado na área dos Estudos de Informação em diversas Universidades Portuguesas. Orienta actualmente algumas teses de Mestrado e uma tese de doutoramento nesta área.

Os seus principais interesses de estudo e investigação centram-se na importância social das bibliotecas e a sua relevância para a educação, gestão de colecções, pesquisa e recuperação de informação e literacia da informação. É convidado frequente em seminários e conferências em Portugal e no estrangeiro, tendo colaboração dispersa em várias revistas especializadas. Publicou A Biblioteca Escolar e a Sociedade da Informação (Ed. Caminho, 1996).